

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 14-4-2021.

---

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Lourdes Sprenger e Mauro Zacher. Às quatorze horas e trinta e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e oito minutos às quatorze horas e quarenta e três minutos. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e um minutos às quinze horas e nove minutos, para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 123/21 (Processo nº 0336/21), por trinta e dois votos SIM, após ser encaminhado à votação por Karen Santos, Pedro Ruas, Felipe Camozzato, Leonel Radde, Comandante Nádia, Bruna Rodrigues, Mauro Pinheiro, Idenir Cecchim e Mônica Leal, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Após, por solicitação de Cassiá Carpes, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Jorge Estrada. Em Discussão Geral e Votação, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 076/20 (Processo nº 0184/20), por onze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser discutido por Roberto Robaina, Cassiá Carpes, Ramiro Rosário, Idenir Cecchim, Leonel Radde, Reginete Bispo, Pedro Ruas, Mauro Pinheiro, Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Airto Ferronato, Matheus Gomes, Jonas Reis, Moisés Barboza e Karen Santos e encaminhado à votação por Roberto Robaina, Idenir Cecchim, Comandante Nádia, Jonas Reis, Mauro Pinheiro, Airto Ferronato, Pedro Ruas e Alexandre Bobadra, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José

Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Às dezessete horas e cinquenta e dois minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. A seguir, foram apregoados os Projetos de Lei do Legislativo nºs 058/21, de autoria de José Freitas, e 139/21, de autoria de Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Gilson Padeiro, Comandante Nádia, Psicóloga Tanise Sabino, Cláudia Araújo, Mauro Zacher, Kaká D'Ávila, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim, Mônica Leal, Claudio Janta, Airto Ferronato, Fernanda Barth, Pablo Melo e Lourdes Sprenger (Processos nºs 0192 e 0365/21, respectivamente). Também, foi apregoado o Ofício nº 433/21, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/21 (Processo nº 0386/21). Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 036, 078 e 006/21, este discutido por Mauro Pinheiro, Comandante Nádia, Airto Ferronato, Mônica Leal e Lourdes Sprenger, e os Projetos de Resolução nºs 005, 008 e 015/21; em 2ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/21 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 063 e 090/21. Às dezoito horas e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde a todos, solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e três Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

Presidente, faremos os apregoamentos um pouco mais tarde hoje.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação de quórum para ingressarmos na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 14h35min:** Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Questão de Ordem.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Questão de Ordem):** Obrigado, Presidente. São três pontos muito breves. Primeiro é cumprimentar V. Exa. e os demais colegas, que eu me dei conta que, via de regra, nós iniciamos as sessões com mais de trinta vereadores, e eu lembro que na Assembleia nós iniciávamos com o quórum mínimo sempre, e os deputados chegando aos poucos. E aqui nós sempre começamos e terminamos com muitos vereadores acima do quórum. Então, parabéns a todas e a todos. O segundo ponto da questão de ordem é que nós encaminhamos, eu quero registrar, à V. Exa., mediante recibo, hoje, uma posição, uma manifestação dos vereadores e vereadoras de oposição quanto à situação do Ver. Leonel Radde, integrante do nosso bloco. Então, já está com V. Exa., é importante esse ofício e o encaminhamos de maneira oficial à V. Exa.

E o último ponto da questão de ordem, e que aguardo manifestação de V. Exa., é que encaminhei também pelo SEI um recurso quanto à questão da Procempa na CCJ, prevista no nosso Regimento, e que está nas mãos de V. Exa. na forma prevista pelo Regimento. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Apenas para reiterar que os pedidos sejam feitos via formal, via SEI. Conversei aqui com a minha chefe de gabinete e vi que o ofício referente ao Ver. Leonel Radde, no caso, foi feito no protocolo manual aqui. Se puder mandar pelo SEI, melhor. E essa situação do encaminhamento do requerimento do projeto da Procempa já está no protocolo, via SEI também? Já está, diretor? Se puder me mandar para eu tomar ciência, por gentileza. Vi o SEI aqui, não tinha acusado a chegada ainda na Presidência. Diretor, então, com V. Exa. a palavra para que a gente possa iniciar a Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Só um pequeno detalhe. Sr. Presidente, na verdade, o primeiro item da Ordem do Dia seria a suspensão dos trabalhos para a realização da reunião conjunta das comissões. Os projetos que estão previstos para a conjunta são três: o projeto da Procempa, depois um projeto do Ver. José Freitas e um projeto da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia e outros. Esses são os três projetos que estão indicados para a conjunta. Os últimos dois já estavam originalmente no pedido, os vereadores encaminharam lá atrás para a conjunta, mas estava dependendo ainda de algumas formalidades jurídicas. Então, as formalidades foram cumpridas, pareceres conjuntos foram apresentados agora ao meio-dia, e, na reunião de líderes. foi reiterada pelo colégio de líderes a inclusão desses dois projetos na conjunta. Então, nós teríamos agora, Presidente, a questão da conjunta.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** É possível organizar isso, os pareceres conjuntos? Deu tempo para isso, diretor?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Está tudo pronto. Eu só, quem sabe, pediria que os senhores suspendessem a sessão por dois minutos. Quero tratar com o senhor um assunto relativo ao...(Problemas na conexão.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Suspendo a sessão para que a gente possa alinhar o encaminhamento da conjunta.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h38min.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 14h43min:** Estão reabertos os trabalhos. De imediato, passo a palavra ao presidente da CCJ e presidente da reunião conjunta das comissões, Ver. Felipe Camozzato, para que proceda às formalidades da realização, conforme orientação do colégio de líderes, da reunião conjunta desta tarde. Enquanto isso, eu vou me debruçar sobre o recurso do Ver. Pedro Ruas.

A sessão está suspensa para a realização da reunião conjunta das comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h51min.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h09min:** Estão reabertos os trabalhos.

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 123/21 – (Proc. Nº 0336/21 – Ver<sup>as</sup> Reginete Bispo, Karen Santos, Bruna Rodrigues e Daiana Santos e Ver. Matheus Gomes) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “ao escritor Jeferson Tenório na defesa de seus direitos de liberdade de expressão e pensamento”. Encaminharam a matéria a Ver<sup>a</sup> Reginete Bispo (autora) e o Ver. Matheus Gomes (autor). (SEI 230.00001/2021-29)**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o Requerimento nº 123/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautora.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e a todas, boa tarde para quem está nos assistindo em casa; me inscrevo também como autora desta moção de solidariedade ao escritor Jeferson Tenório, que é a primeira pessoa negra a ocupar a cadeira de patrono da nossa Feira do Livro, em 76 edições. Isso é muito significativo, ainda mais se tratando da cidade de Porto Alegre, que é uma das cidades mais desiguais racialmente do Brasil, isso em âmbito de IDH. O Jeferson vem se destacando na nossa cena regional, na nossa cena nacional e até mesmo internacional, enquanto uma voz ativa e potente contra o racismo, contra a intolerância, contra o negacionismo. Infelizmente, o professor Jeferson teve que se direcionar a uma delegacia para executar um boletim de ocorrência quanto a tentativas de intimidação e de cerceamento da sua liberdade de expressão. O Jeferson, hoje, é colunista de uma

imprensa importante, de bastante repercussão aqui no nosso Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, o Jeferson se transformou, pela sua luta e pela sua trajetória, num formador de opinião, e isso vem gerando uma onda de ódio, uma onda de agressões que levou o Jeferson então, dia 18 de março, a ter que recorrer a um boletim de ocorrência. Nos somamos às vozes daqueles e daquelas que exigem investigação contra essas pessoas que se escondem atrás de celulares e atrás de computadores, acreditando que, dessa forma, podem colocar as suas opiniões de ódio, de racismo, de incitação à violência de forma impune. Nós precisamos dar encaminhamento e somar forças para que essa investigação chegue até as pessoas que estão provocando esse tipo de situação, interferindo dessa forma tão cruel na vida de pessoas tão importantes, que trabalham, que batalham, que colocam os seus corpos e as suas vozes à disposição da justiça, da justiça racial, da liberdade, da igualdade. A solidariedade ao professor Jeferson se soma também a outras manifestações, como a da Associação dos Escritores do Rio Grande do Sul, da Associação dos Patronos da Feira do Livro, do Instituto de Letras da UFRGS, entidade na qual o Jeferson foi estudante, também se posicionou contrária a esse tipo de intimidação que o Jeferson está sofrendo. Também acho que é importante a gente diferenciar o direito constitucional de livre manifestação de opinião com o que é o crime de praticar, incentivar o ódio, a violência e a intolerância nas redes sociais. Nós estamos vivendo um momento em que esses conceitos se confundem, e a gente tem que conseguir, de certa forma, contribuir para que as pessoas entendam que existe, sim, diferenças, o direito à livre expressão, a incitação ao ódio, à agressão e à violência. Nesse sentido, encaminhamos esta moção de solidariedade, é importante a nossa Câmara de Vereadores também se posicionar, sermos solidários ao que o Jeferson Tenório vem passando, com o nosso respeito, com nosso carinho. Conte comigo, o medo não vai nos calar.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº123/21, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Vereadoras, vereadores, esta é uma moção de solidariedade daquelas que nós gostaríamos que houvesse unanimidade, como houve naquela proposta da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal contra o senhor presidente nacional do PTB. Por que a unanimidade? Eu peço, nesse sentido, a unanimidade, porque o professor Jeferson Tenório, que tem muito nome como jornalista, como escritor dentro do Estado e fora do Estado, uma trajetória brilhante, ele foi duramente atacado, duramente, e há, nesse ataque, nos ataques realizados em relação a ele, uma conotação racista evidente. Então, o posicionamento das entidades mencionadas aqui por vários vereadores e nesse momento pela Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, deve se somar a uma manifestação de uma instituição do porte do Poder Legislativo Municipal, mas seria importante, eu tenho certeza que vamos aprovar e peço o voto de todos, a unanimidade. A unanimidade dá uma demonstração de que a Câmara,

como um todo, tem as suas divergências internas, tem dificuldades em muitos temas, é natural, nós temos caminhos, origens, ideologias, princípios, compromissos diferentes uns dos outros, é natural que seja assim, esta é uma Casa essencialmente plural. Eu sempre digo que o Legislativo representa mais que o Executivo porque representa a todos, o Executivo, por ser majoritário, representa só quem venceu, ou um ou outro; nós, não, nós representamos a todos, os que venceram com muitos votos, com menos votos, enfim, nós representamos toda a sociedade. E seria um dado importante, que o Legislativo, na sua unanimidade, tirasse essa posição de aprovar a moção de solidariedade ao professor Jeferson Tenório, escritor, jornalista, ensaísta, pensador, militante, um grande homem, sem dúvida, um exemplo para todos nós e uma pessoa que merece de nós, neste momento, absoluta solidariedade. E aqui não vai nenhuma relação de amizade, não há nada disso, é uma questão que diz respeito a toda a sociedade, e acho importante que a Câmara figure entre as entidades, na verdade o Poder Legislativo, por unanimidade, na defesa de Jeferson Tenório e suas prerrogativas profissionais e cidadãs. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº123/21.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Muito obrigado, Presidente Márcio, eu encaminho aqui a votação da bancada do NOVO. Nós entendemos que a liberdade de expressão e de pensamento é valor fundamental de qualquer democracia liberal, e como gostaríamos de ter cada vez mais as liberdades implementadas e sendo respeitadas, não há dúvida de que o nosso voto é favorável a essa moção. Entendemos que por mais que um cidadão defenda que nem o Lula, ele deve merecer o direito de expressar a sua vontade, inclusive eu, particularmente, divirjo frontalmente do que o PT e outros colegas meus defendem aqui, mas defendo o direito de que possam fazer as suas manifestações e que possam defender essas pessoas e, inclusive, acredito que nada melhor do que a luz da liberdade para que a gente possa dissociar quem defende o que e o que está certo ou não. O debate de ideias deve ser aberto, amplo, democrático, para que a gente possa, justamente, ter as diferentes visões, opiniões, críticas e construções. Então, encaminho voto favorável à moção, me solidarizo também com relação às ofensas e todas as agressões sofridas e entendo que nós devemos nos encaminhar para uma sociedade cada vez mais livre, cada vez mais democrática e que respeite as opiniões diferentes. Agora mesmo nós tivemos uma reunião conjunta de comissões e, simplesmente, por eu estar presidindo e ser a favor do projeto de quebra do monopólio da Procempa, e essa é uma discussão de opinião, por exemplo, ou se a gente chamar de desburocratização da contratação de serviços de TI, enfim, são duas versões, no *chat* da Câmara já tinha gente dizendo que eu estava defendendo o interesse de lucrar de empresa A ou B, o que é um completo absurdo. É a afirmação que eu defendo, que as pessoas possam fazer, elas têm todo o direito de

serem manifestamente mostradas como estão erradas, como afirmam coisas que não dizem respeito à realidade, afinal de contas, se nós não tivermos a liberdade para defendermos os absurdos, a gente não vai conseguir diferenciar quem são os imbecis. Então, muito obrigado, sou a favor da moção.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº123/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente; boa tarde colegas vereadores e vereadoras, tenho muito concordância com a fala do Camozzato, com a fala da Karen, do Pedro, e é importante que a gente aprove essa moção em relação ao Jeferson Tenório, brutalmente atacado nas redes sociais de forma racista, intolerante. É importante que a gente sempre faça o debate de uma forma qualificada, mesmo áspero, mesmo com divergências, mas respeitando os nossos pontos de vista, as nossas vivências, a gente não precisa realmente concordar com tudo, mas tudo tem um limite também de atuação, e quando a gente vai para o campo do racismo, quando a gente vai para o campo da intolerância com aquilo que é uma liberdade de expressão, a gente avança para um campo muito perigoso, muito duro, que nós devemos combater para que ele não nos engula.

Achei muito relevante também a fala, na sessão passada, do Ver. Ramiro Rosário, que cobrou em relação aos nossos colegas da Câmara de Vereadores, sobre o silêncio ensurdecedor em relação às falas racistas e antissemitas do presidente do PTB, Roberto Jefferson. Essa fala do Ramiro me representa, e eu acredito que isso deva servir de reflexão para todos os colegas vereadores e vereadoras e também para votação dessa nossa moção. Não basta não sermos racistas, como eu disse na sessão passada, nós temos que ser antirracistas; não basta nós defendermos a liberdade de expressão, nós temos que defender a democracia e a liberdade como um todo, desde que essa liberdade não seja utilizada para o cometimento de crimes, como é o crime de racismo, como é o crime de ameaça, enfim, uma série de outros delitos que acontecem nas redes sociais com uma certa frequência; assim como também não se pode tolerar *fake news*, distribuição de mentiras nas redes sociais. Divergências e cobranças ásperas fazem parte da democracia. Toda força ao Jeferson Tenório, parabênizo a bancada negra por mais essa iniciativa, e eu espero que nós tenhamos unanimidade nessa votação, como, infelizmente, não tivemos na anterior, no caso do antissemitismo do Roberto Jefferson. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 123/21.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Presidente Márcio, colegas vereadores, boa tarde, público nos assiste. Fico muito feliz de ouvir a fala do Ver. Leonel Radde, quando diz que o racismo, o nazismo, devem ser retirados do nosso dia a dia e que nós devemos, também, ser aqueles que vão contra quem fala isso sobre uma pessoa. Até porque, se a palavra convence... Por exemplo, sobre a raça, eu vejo aqui muitas falas que defenderam Jeferson Tenório por ele ser negro; não, vamos defender o Jeferson Tenório por ele ter sido ameaçado em rede, coisa que acontece muitas e muitas vezes com vários colegas vereadores aqui. Eu fico preocupada quando a liberdade de expressão é avocada e defendida de forma seletiva. Não foi o que eu vi, quando, algum tempo atrás, o deputado federal Daniel Silveira deu a sua opinião a respeito do STF – deixo claro que eu não concordo com a forma com que ele se expressou – e sua liberdade de expressão não foi respeitada; tampouco, naquele momento, vários colegas que hoje tanto falam em liberdade de expressão também não defenderam a liberdade de expressão daquele deputado. Então, nós estamos votando aqui hoje a liberdade de expressão do Jeferson Tenório, e essa liberdade de expressão não pode ser seletiva. A teoria, eu falo muito disso, não pode ser diferente da prática, mas infelizmente muitas vezes nós vemos a teoria diferente da prática. Vemos falsos testemunhos, calúnias sendo feitas. Eu mesma e alguns vereadores somos alvos de calúnias, falsos testemunhos, injúrias na rede, eu mesma tenho vários registros, inclusive, sérios dentro da Polícia Civil, e não vi moção de apoio àqueles que sofreram as calúnias. De toda forma, nós temos que ter aqui um amplo diálogo, dizendo que toda forma que corta a liberdade expressão, toda forma que corta o direito de pensamento da pessoa não é aceita por nós. Nós queremos, sim, que as pessoas, dentro de todo respeito, dentro de toda sua possibilidade, como cidadão, possam ter a liberdade expressão, o seu direito de pensamento preservado, e, mesmo que falem bobagens, que sejam respeitadas por todos. Então espero que essa moção sirva também de fala para todos os outros que tiverem sua liberdade de expressão, seu direito de pensamento sendo tolhidos, seja na rede social, seja pela imunidade parlamentar de alguns vereadores ou deputados, e que a gente possa, sim, trabalhar como gente grande, com maturidade política. Por isso, vamos votar favoráveis a essa moção, porque nós somos a favor da liberdade, e a liberdade independe de cor, de sexo, de opinião, mesmo que seja a pior ou não seja aquela que nós entendemos por bem, mas a liberdade deve ser sempre preservada. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 123/21.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde novamente. Viemos a esta tribuna prestar a nossa solidariedade ao Jeferson Tenório, que é uma referência muito importante deste tempo, dos jovens que se entendem agentes

protagonistas dessa nova geração, que é uma referência literária que traz para nós a necessidade de nós ocuparmos todos os lugares.

Aqui, a bancada do PCdoB é composta por duas mulheres negras que entendem que esses ataques não são só ao Jeferson, são a todos e todas nós que não nos calam diante da injustiça, diante da violência e diante de toda a negação de direito e de acesso às políticas.

Nossa solidariedade ao Jeferson, e nós queremos nos manifestar aqui dizendo que é dessa forma que o racismo, o machismo e a homofobia se expressam: nos atacando – dias atrás, uma das nossas vereadoras, Ver.<sup>a</sup> Daiana, foi atacada nas redes de forma muito violenta. Não nos calam no passado, não nos calam no presente e não nos calarão no futuro. Nossa solidariedade aqui ao Jeferson Tenório, e que nós sigamos garantindo a liberdade de expressão a que todos e todas nós temos direito. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 123/21.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente, vereadores, público que nos assiste, vou votar favorável à moção de apoio, até porque o liberalismo e a democracia são justamente para que as pessoas possam usar a sua expressão, os seus pensamentos. Toda vez que a pessoa estiver expressando seus sentimentos e sua vontade, ela deve ser respeitada, desde que ela não esteja atacando outras pessoas, através do ódio ou de intolerância. Portanto, o artigo escrito pelo Jeferson Tenório é um artigo que expressa sua opinião; mesmo que eu seja contrário ao pensamento dele, não posso agredi-lo por isso. Então essa liberdade de expressão é algo que todos nós, aqui no Parlamento, devemos defender, independente de quem tenha sido atacado. Hoje, a pessoa que está sendo atacada é um escritor, conforme foi dito aqui, negro, que tem as suas posições políticas, que defendeu uma posição política, e todos nós devemos respeitar. Espero que, da próxima vez que isso acontecer do outro lado, os vereadores que hoje estão propondo a moção também tenham a mesma atitude de ser contrários às manifestações de ódio e intolerância que vêm de outras partes. Minha solidariedade ao escritor, e votarei favorável à moção, por acreditar no direito de as pessoas expressarem a sua opinião. Era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 123/21.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu conversei, antes da sessão, com o colega vereador, meu amigo Matheus Gomes, sobre esses assuntos; eu disse a ele e volto a repetir que eu não li o artigo do

Tenório, mas o Jeferson Tenório é patrono de uma das instituições mais festejadas da nossa cidade, a Feira do Livro, e só por esse motivo – não importa se o Tenório é branco, preto, azul, não importa, ele é o nosso patrono da Feira do Livro –, ele já tem que ser exaltado, tem que ser aplaudido. Então, além de votar a favor, além de pedir que essa votação seja simbólica por unanimidade. Eu quero dizer que sempre que acontecer uma coisa que se refira à raça, opção sexual, religião e até mesmo política eu respeito a opinião alheia, e respeitarei muito o nosso patrono da Feira do Livro, Jeferson Tenório. Volto a dizer, é patrono não por acaso, não é por acaso patrono da Feira do Livro, é pelo seu trabalho, pela sua insistência, pela sua tenacidade e por ser o Tenório. Então, estamos juntos nessa votação. Eu gostaria muito que essa votação fosse feita simbólica por unanimidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 123/21.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Eu achei muito apropriada esta Moção de Solidariedade ao patrono da Feira do Livro, ao escritor Jeferson Tenório, porque cada vez mais me surpreendo com o comportamento das pessoas que se utilizam das redes sociais para emitir comentários agressivos e ameaçadores porque não concordam com a opinião da outra pessoa. É importante que se diga aqui que a liberdade de expressão está prevista no art. 5º, inc. IV, da Constituição Federal de 1988. O texto do Tenório é um texto opinativo, é de uma irresponsabilidade sem tamanho se valer dos meios virtuais para proferir ofensas às pessoas. Hoje, na minha opinião, o exercício da liberdade de expressão está completamente esquecido, porque é claro que esse direito possibilita a todos que defendam suas ideias, e é necessária prudência, coerência no trato social. Infelizmente nós estamos vivendo a época do sem limite, do tudo pode, do fanatismo, da idolatria. Eu quero aqui, além de dizer que o meu voto será favorável à Moção, compartilhar da minha surpresa quando eu vejo tanta gente usar a ferramenta das redes sociais como se fosse uma arma contra os outros, disparando tiros, ferindo pessoas na sua honra. Eu fico pasma com isso, são atitudes incompreensíveis e só pode ser desequilibrado aquele que se arvora ao ataque por de trás de uma máquina. Quero dar os parabéns à Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo, Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues, Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos e Ver. Matheus Gomes, respeito e prudência cada vez mais se faz necessário.

(Não revisado pela oradora.)

**Vereadora Daiana Santos (PCdoB):** Sr. Presidente, quero fazer uma colocação de uma forma bem pedagógica para elucidar as questões como surgem aqui, porque eu acho que isso é importante para toda a população que nos acompanha. O Ver. Idenir Cecchim trouxe na sua fala opção sexual, eu quero dizer, vereador, que a gente

fala, quando traz esse tema, orientação sexual, porque é um termo que está relacionado às diferentes formas de atração afetiva e sexual de cada um. Esse conceito veio para substituir essa relação da opção tendo em vista que as pessoas não escolhem, elas têm a sua orientação porque elas desenvolvem a sexualidade ao longo da vida. Eu acho que é importante a gente trazer isso como uma forma pedagógica, mesmo, de aprendizado para todos e para todas nós para que isso não venha a ser utilizado de forma incorreta e também não venha a retirar os direitos garantidos e toda essa construção de uma militância ativa que se faz tão presente ao longo de todos esses anos, trabalhando uma perspectiva educacional e da garantia de direitos. Eu só queria trazer esse trecho para que nós possamos estar compartilhando também nas informações incorretas aqui neste espaço que é um espaço de construção e de saber para muitos e muitas que nos acompanham. É importante que nós tenhamos sempre essa forma objetiva, direta e muito, mas muito, pedagógica dessa construção do saber através dos nossos mandatos do espaço que a gente ocupa nesta Casa. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, o Requerimento nº 123/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO por 32 votos SIM.**

**Vereadora Mari Pimentel (NOVO):** Votei “sim” e gostaria de reforçar que a minha solidariedade vai para todas e todos jornalistas como foi, hoje, atacada também Rosane de Oliveira por imprimir a sua opinião numa coluna no mesmo jornal do qual nós, hoje, estamos aqui votando esta Moção de Solidariedade.

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Votei “sim” pela liberdade de expressão e a defesa dos jornalistas e comunicadores.

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Eu confesso que desconhecia, fui pesquisar sobre o jornalista, não o conhecia, não sei o que ele escreveu, mas, seguindo a fala de tanto colegas, a liberdade de expressão acima de tudo deve ser sempre fortalecida e defendida por todos nós. Nesse sentido votei “sim”.

**Vereador Cassiá Carpes (PP) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Jorge Estrada, um grande jornalista da Rádio Gaúcha, uma grande pessoa.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;**

**encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0184/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 076/20**, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que dispõe sobre a paralisação de processos de privatização a serem realizados pela administração pública municipal até doze meses após o fim do estado de calamidade pública decorrente da Pandemia de Covid-19. **(SEI 050.00032/2020-17)**

**Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Paulinho Motorista: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- adiada a discussão por duas Sessões em 05-04-21;
- incluído na Ordem do Dia em 15-03-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLL nº 076/20. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o meu projeto é simples, é um projeto que prevê a suspensão das privatizações durante esta pandemia, bem como por um ano após a pandemia. O motivo é muito, mas muito simples de compreender. Nós necessitamos, para que a gente tenha privatizações, para que não haja prejuízo ao debate público, fazer o debate público. E, numa situação de pandemia, nós estamos vendo os limites de funcionamento da própria Câmara de Vereadores. Essa é basicamente a razão pela qual eu apresentei este projeto de lei. Nós poderíamos discutir casos concretos – temos o caso da Procempa; temos o caso da Carris, no caso do Município de Porto Alegre, mas a proposta é geral porque ela tem um critério, o critério democrático – esse é o sentido do projeto; portanto, ele é um projeto simples e que apela ao direito de se debater sobre os rumos da cidade e como nós podemos preservar a possibilidade de as pessoas discutirem efetivamente que rumos querem dar para a cidade. Eu, igual, quero fazer uma consideração geral, para que os vereadores e as vereadoras, sobretudo a população que acompanha o debate público, leve em conta que esse modelo... Evidentemente sou contrário, sim, ao modelo de privatização porque nós temos uma situação econômica no Brasil muito, muito grave. O nível de investimento capitalista, no Brasil, tem sido muito baixo, e não é possível que os agentes públicos atuem para tentar oferecer partes do que o público promoveu, conquistou, construiu, empresas que custaram trabalho, custaram recursos públicos, prestam serviço público, para exploração do capital privado, quando existe uma enorme possibilidade de investimento que

infelizmente o capital privado não tem executado, porque a lógica do capital privado tem sido a lógica do lucro; então, o cálculo da lucratividade tem feito com que nós não tenhamos uma situação de investimento capitalista. Isso tem gerado, no Brasil, uma situação muito particular, de um desemprego, de uma informalidade gigantesca. Ver.<sup>a</sup> Cláudia, nós temos 215 milhões de brasileiros e brasileiras. A força de trabalho ativa no Brasil é de 150 milhões de pessoas, 150 milhões de pessoas! Pois, bem, a força de trabalho formal, com carteira assinada, no Brasil, não passa de 33 milhões. Se nós contarmos os servidores públicos, vão ser mais 11 milhões. Então, de 150 milhões como força de trabalho, nós temos só 44 milhões com emprego formal, com carteira assinada, de 150 milhões, Ver. Oliboni! Então, o espaço para o investimento, para o crescimento capitalista é enorme, só que é preciso, pelo menos, ter uma política para o desenvolvimento nacional, porque o capitalismo brasileiro não consegue se desenvolver porque é um capitalismo parasitário, baseado na exportação de *commodities* e não na construção de um mercado interno verdadeiro. Concluindo, a política de privatizações tem como objetivo simplesmente entregar, para iniciativa privada, quando nós sabemos que a iniciativa privada não está fazendo a sua parte, do ponto de vista dos interesses nacionais – eu não estou falando dos pequenos negócios, dos pequenos empresários, estou falando dos grandes conglomerados econômicos que, infelizmente, estão investindo cada vez mais no capital financeiro, ganhado com os juros e não ganhando com a produção. E nós entregarmos recursos públicos, empresas públicas, para estes setores não faz o menor sentido. E numa época de pandemia essa falta de sentido é maior ainda, porque nós perdemos a possibilidade de um verdadeiro debate democrático; por isso peço a aprovação deste projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Eu ouvi com muita atenção o discurso do Ver. Robaina, puramente ideológico, porque ele não se referiu a qual privatização do Município – eu até queria saber, esse é o meu objetivo, sobre qual o governo já se decidiu ou mandou para a Câmara para privatização? Eu não estou sabendo. Eu sou daqueles, Ver. Robaina – o senhor já viu a minha opinião aqui – que concorda com algumas privatizações, com outras, não, mas não é ideológico. Eu tenho, por exemplo, muitas restrições sobre a privatização do DMAE, por quê? Porque o DMAE dá lucro! O que houve, no meu entender, foram más gestões, por vários governos que passaram. Com dinheiro na boca do caixa tem que ter boa gestão. Mas se der outra privatização, eu vou analisar se é boa, se é ruim, agora, sem nenhum lado ideológico, puramente, cada governo tem – temos que respeitar – a sua governança, uns que pensam de uma forma, outros pensam de outra, aí nós aqui, com os nossos votos, dos 36, maioria, ganha ou perde. Então me parece que não há por que nós aprovarmos esse projeto do Robaina de uma coisa que não tem foco, do que se trata? De uma

privatização generalizada? Não, isso não se sabe, nem é capaz de haver isso. Naturalmente, nós vamos ter mais privatizados, tem muitas privatizações que deram certas aí, e outras que não deram, temos que analisar assim. Parece que a Carris – vou ser sincero aqui, já falaram na Carris –, no outro governo, não é uma crítica, eu ouvi uma moça toda hora dando uma entrevista, aí depois fomos saber que colocaram quase 100 milhões na Carris. Então, a Carris teria que ser o balizador no valor da passagem de Porto Alegre, mas nunca foi, todos os governos passados não foi a balizadora. Então, cada caso é um caso, mas não há por que nós estarmos na pandemia e estarmos tratando aqui de moção, de frente parlamentar, de tudo que não é da pandemia, aí não podemos tratar de audiências públicas, etc., debates sobre privatização daquilo que pode, daquilo que não pode. Então, deixo aqui claro o meu voto: sou contra esse projeto porque ele vai engessar. A discussão sobre qualquer tema, estatizar, privatizar tem que acontecer, cada governo faz a sua governança e manda para esta Casa, se esta Casa entender, por maioria, que é possível, paciência, nós estamos aqui para votar “sim” ou “não”, ter opinião, quem não tem opinião não pode estar na Câmara. Então, a minha opinião, neste momento, é que nós devemos votar contra a esse projeto porque ele atrapalha o debate sob vários ângulos de ter ou não uma privatização. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Perfeito, Presidente, muito obrigado. O Robaina disse que este projeto é para proporcionar um debate sobre os rumos da cidade – não é! É um projeto tranca rua, um projeto símbolo do atraso. Os rumos da cidade já foram discutidos nas eleições do ano passado, onde, inclusive, a candidata comunista fez elogios à PPP de iluminação pública que nós iniciamos na gestão do prefeito Marchezan. Esse projeto tem uns 200 anos de ranço, Robaina, está dissabor do início ao fim, e busca paralisar todos os processos de investimento privado e toda a forma de execução de políticas públicas que não sejam diretamente feitas pelo Estado. Vejam o que diz *ipsis litteris*, colegas (Lê): “art. 1º Esta Lei dispõe sobre a paralisação dos processos de desestatização e desinvestimentos realizados pela Administração Pública municipal, direta e indireta, durante o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19. Parágrafo único. O disposto nesta Lei é aplicável a quaisquer processos de desestatização e desinvestimentos em curso, ou que seriam promovidos pelo Executivo Municipal, a partir da edição Decreto nº 20.534/2020, que declara estado de calamidade pública”. Quero deixar claro aqui que nenhuma das críticas aqui, Robaina, são pessoais, é um debate de ideias e poucas vezes é possível ver um contraste tão grande de ideias quanto nesse projeto. O projeto do vereador pretende paralisar todos os processos de investimentos privados em andamento no Município – todos! Paralisa tudo: o que está em andamento, os que foram feitos ao longo de 2020, no início de 2020, inclusive, os

estudos, vejam bem, o projeto é contra estudos! Nunca tinha visto um projeto que combate o planejamento, a racionalidade e a tão falada, nos últimos tempos, ciência. Alerto ainda que o projeto causa insegurança jurídica a quem já tem contratos em andamento: poderão continuar ou terão que ser paralisados? Causa insegurança jurídica nos terceirizados: vão continuar empregados? Causa insegurança jurídica na administração: vão ter que fazer contratações temporárias ou vão ser todos obrigados a fazer concurso público? Enquanto isso, ficamos em serviços executados? O que acontece com a PPP de iluminação pública que iniciou durante a pandemia? Não vão colocar LED nas vilas populares, Robaina, por até um ano depois da pandemia? E saúde? É mentira que a saúde não melhorou com as parcerizações, aumentou o número de consultas médicas, de internação, atendimento nas unidades de saúde – esses são dados públicos e comparativos, e a gente pode fazer aqui, depois, inclusive, um comparativo de 2016, 2019 até 2020. Talvez, a vontade do Robaina fosse paralisar as privatizações como deixou aqui entender, algumas já estariam... (Problemas na conexão.) ...mas no projeto está escrito, está lá: todos e quaisquer projetos. Então, pelo que eu vejo, não é problema semântico ou a necessidade de melhor adequação da redação, é um problema de concepção, um problema de ideologia, o projeto esquece que praticamente todos os serviços públicos no Município hoje são terceirizados, desestatizados, todos levam investimentos privados, esse é um caminho sem volta, Robaina, aliás, ele é o único caminho para que a gente possa ter serviços públicos melhores a quem mais precisa. Portanto, votarei contrário a esse projeto e peço que os demais vereadores assim também o façam. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado. Eu acho que o Ver. Robaina já fez a sua parte. Escutei o que disse o Cassiá, com toda a razão.. O Ramiro Rosário está com toda a razão também. O Robaina é um artista, eu tenho que reconhecer que ele é um personagem da cidade, ele fez um trabalho que precisava fazer para o seu público. Eu até gostaria que publicassem assim: “Cecchim é contra as estatizações e a favor da privatização” – por favor, na capa, queria sair assim. É um projeto tão absurdo no meu ponto de vista, do ponto de vista do Robaina não, mas ele tem o direito de ter esse ponto de vista. O Robaina tem o direito, ele é estatizante, não nega, e fez o que acha o que seu público.... Eu posso achar atrasada essa ideia, mas ele não acha; eu posso achar absurda, mas ele acha importante. Então, com todo o respeito que eu tenho ao Robaina, eu vou não só votar contra, como gostaria de ser colocado na capa: “Cecchim é a favor da privatização e contra a estatização”. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Não me parece que o ponto meritório desse projeto do Robaina diz respeito a que nós, no período da pandemia, não façamos o que nós estamos fazendo há algum tempo, que é apresentando projetos de entrega do patrimônio público para a iniciativa privada sem o debate amplo com a sociedade, que é inviável de ser realizado num período de pandemia que necessita de um distanciamento social. Também é importante que se diga que, neste período em que nós estamos em pandemia, deveríamos – e eu concordo com o Cassiá Carpes – estar debatendo assuntos exclusivos da Covid, pois muitas vezes a gente se perde em alguns debates desnecessários para este momento. Então não faz sentido estarmos avançando em pautas que, em verdade, não necessariamente trarão um benefício para a nossa sociedade. Como bem falou também o Ver. Cassiá, nós tínhamos o DMAE, que sempre foi modelo de gestão, de qualidade de água, então, não necessariamente, como ele mesmo fala, a privatização é a melhor saída, na verdade, quase nunca é. A gente, neste debate, começa a observar, então, que o objetivo é justamente se utilizar deste momento em que as pessoas estão reclusas em suas casas, que as entidades não conseguem a mobilização, para a gente ir passando a boiada por debaixo da cerca, como bem falou um certo ministro do governo Bolsonaro. E o objetivo do Robaina com esse projeto é frear esse tipo de política, frear a impossibilidade do debate e também ter um compromisso com a própria sociedade, que é prejudicada através dos serviços privatizados. A Carris, até pouco tempo atrás, era a melhor empresa de transporte público do País e foi desmantelada ao longo dos governos neoliberais a ponto de hoje nós termos que defendê-la ainda pública, porque, pelo desejo da Prefeitura, ela será privatizada a preço de banana, assim como foi feito com a CEEE: um preço absurdo pelo qual ela foi vendida. Então, a gente observa os interesses econômicos que estão incutidos nessa lógica de melhoria de serviços. E eu faço uma diferenciação entre as PPPs, inclusive defendidas pela nossa candidata à Prefeitura de Porto Alegre. Existe uma diferença, todo mundo sabe que existe, embora o amigo ache que a história acabou nessa lógica neoliberal da Escola de Chicago, que defende que a história acabou, que só tem um caminho, que o caminho é a privatização total, a iniciativa privada se apropriar de tudo; existem outras vertentes e existem outras demonstrações, inclusive de que as privatizações são negativas, claras, a água é uma delas e até em diversos outros países, na casa de quarenta países que privatizaram as suas empresas estatais de saneamento básico voltaram atrás porque não funcionou. Nós temos o próprio serviço de telefonia que foi privatizado, e até hoje tenho certeza que não trouxe o serviço que era desejado, assim como as empresas de energia elétrica. Temos ali o caso agora, aqui em Porto Alegre, do caos envolvendo pós-privatização, claro que ainda não está totalmente implementado, mas que demonstra que a iniciativa privada muitas vezes não vai, na maioria das vezes, ela não vai prestar o serviço porque não é do seu métier, o seu métier é o lucro. Eu não estou criticando que almeja o lucro, só estou dizendo que neste momento de pandemia, neste período grave, nós não podemos ficar debatendo algo que

vai trazer desemprego, que vai precarizar o serviço prestado e que vai trazer uma lógica que não é real de que o serviço privado é muito melhor do que o serviço público. Isso é uma mentira, principalmente nas áreas cruciais, água, transporte público, comunicação, tecnologia da informação, tudo aquilo que é essencial para uma Prefeitura e que sempre foi prestado com muita presteza e com muita qualidade, a gente entregar agora, no meio de uma pandemia, de mão beijada colocando diversas pessoas na rua para prestar um péssimo serviço para a população de Porto Alegre e favorecer alguns poucos empresários. Parabéns ao Robaina pela iniciativa, uma iniciativa humanista, humanitária e necessária neste momento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bisbo está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** Boa tarde às vereadoras e aos vereadores, ao público que nos acompanha pela TVCâmara, YouTube. Início parabenizando o Ver. Robaina pela coragem de propor esse debate aqui nesta Casa, um debate tão importante, porque estão em voga no País, no Estado, na nossa Cidade esses projetos de desestatização, ou seja, tirar da mão do Estado. Eu penso que o Estado tem um papel importante para cumprir, o principal papel do Estado é garantir os direitos fundamentais dos seus cidadãos, brasileiros e brasileiras, no caso, nós aqui porto-alegrenses, como saúde, educação, saneamento básico, habitação. Eu me preocupo quando vejo um projeto que acredita que privatizar, desestatizar vai solucionar os problemas. Como bem foi colocado aqui, nós temos a maioria do povo brasileiro vivendo na informalidade, ou seja, em condições precárias de vida. A maioria do povo brasileiro agora, durante a pandemia - vocês imaginem depois da pandemia -, hoje já temos 19 milhões de brasileiros passando fome, o Estado tem um papel fundamental. Não acredito que privatizar empresas de transporte, em Porto Alegre o transporte público já é privatizado, nós temos uma única empresa de transporte público que é a Carris, que foi a melhor empresa de transporte público do País, e sucessivos governos vêm colocando a empresa numa situação precária para chegar nesse ponto para justificar uma privatização. Existem exemplos em todo o País que a privatização da água, que privatizar a água não vai chegar naqueles que mais precisam de saneamento básico e água. Na minha região, no Alto Partenon, que pega a São José, Conceição, Santa Maria, Morro da Polícia, no alto, a água não chega, estatizada, e vocês imaginem privatizada. Qual é a empresa privada que vai levar água lá em cima se não visar o lucro? Qual empresa privada quer pegar um serviço essencial para a população se não visa o lucro? É da natureza da empresa privada buscar o lucro. Agora não se deve pensar que esses serviços que garantem o direito fundamental das pessoas devam ser privatizados e que a iniciativa privada vai dar conta disso. Não. Penso que nós, aqui, enquanto vereadoras e vereadores e mesmo os gestores públicos, temos que colocar na ordem do dia, como prioridade, aqueles cidadãos que precisam de nós, que precisam do

Estado e que precisam das empresas públicas, do serviço público. Então, é um direito constitucional ter acesso à educação, ter acesso à saúde, ter acesso à habitação, ter acesso à segurança com qualidade, isso é responsabilidade do Estado. Eu fico muito surpresa com gestores públicos, que disputam para ganhar uma eleição para ser prefeito, governador e presidente, quando chegam nesse espaço, a primeira coisa que fazem é abrir mais o patrimônio público, como foi feito com a CEEE, entregue por R\$ 100,00, como a gente tem visto com várias outras empresas. O gestor público em vez de prezar pelo bem público, pelo direito dos seus cidadãos, vai privatizando. Vocês imaginem que, no programa de desestatização do governo federal, está a privatização do Grupo Hospitalar Conceição, está a privatização do Hospital de Clínicas. Então, é um absurdo que um gestor público pense em abrir mão desse patrimônio tão caro, que foi construído pelo povo brasileiro, pelo povo porto-alegrense com muito suor e com muito custo. Sou favorável a este projeto que o Ver. Robaina apresenta porque nós vivemos uma crise sanitária onde a maioria das pessoas, sobretudo aqueles que mais precisam do serviço público, não podem sair à rua para defender os seus interesses, para defender os interesses do povo. Para nós aqui está muito fácil, pela internet, trabalhando a distância e decidindo a vida das pessoas, sem que a gente possa reunir, mobilizar o povo para o povo ver o que ele quer, se ele quer água pública ou água privatizada; se ele quer transporte público ou transporte privatizado. Esse debate precisa ser feito, e este período de pandemia coloca um limitador enorme para a participação popular, sobretudo daqueles que mais precisam. Antes de finalizar, queria fazer uma observação ao Ver. Ramiro. Ver. Ramiro, “tranca rua” é uma divindade das tradições de matriz africana, é uma divindade da religiosidade brasileira que representa desobstruir, é uma falange de limpeza do ambiente pesado. Eu peço que o “tranca rua” realmente venha em defesa do porto-alegrense, principalmente daqueles que mais precisam do Estado e que mais precisam de nós aqui, principalmente desse espaço legislativo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores. O projeto do Robaina nos traz uma ótima oportunidade de reflexão. O Ver. Radde, por sinal, lembrou bem o Ministro Ricardo Salles quando ele disse naquela reunião com o Presidente Bolsonaro, “enquanto isso” – enquanto isso era a pandemia, a tragédia -, “vamos passando a boiada”. O que o Robaina busca evitar? Exatamente isso, que vão passando a boiada e aproveitam esse momento trágico e vão fazer, Ver. Cassiá Carpes, que fez uma bela fala, e vão tentar privatizar o DMAE, mas não tenha dúvida disso. Tenho 65, sou nascido e criado em Porto Alegre, conheço desde a origem o DMAE, a construção o esforço, os tributos ali investidos e sei que vão querer privatizar o DMAE. É claro que o Roberto Robaina não pode fazer agora um projeto contra a privatização do DMAE porque não existe, não está

na Câmara ainda, mas nós sabemos qual é a intenção do Executivo, e digo isso com respeito, porque é um debate de ideias que temos a obrigação de ter posições claras. Eu peço perdão porque estava falando sem acionar a imagem. Para nós, isso é muito necessário na medida em que, vejam só, que projetos vêm para a Câmara? Não são projetos de combate à pandemia, não são projetos de combate à Covid-19, são esses projetos, a chamada desestatização que, na verdade, é a entrega do patrimônio público para mãos privadas, o que aliás, se dá também de outras maneiras. Eu lembro, em 2016, no Estado, o Governador Sartori isentou e deu incentivos financeiros, através do Fundopem, em cerca de 380 milhões de reais, em 2016, para uma empresa chamada Videolar-Innova, propriedade do Sr. Lirio Parisotto. Eu denunciei isso, na época, que era um absurdo, mas me alegaram que gerava empregos. Aí, vem a informação da Secretaria da Fazenda, dizendo que ela gerou cinco empregos, cinco empregos! Com R\$ 380 milhões de dinheiro público! Então, vereadores e vereadoras, o projeto do Ver. Robaina quer evitar exatamente isso, o abuso, o aproveitamento. Existe de toda a maneira esse aproveitamento, tem gente que fica roubando oxigênio, tem gente que fica roubando em venda de comprimidos, existe todo o tipo de aproveitamento e existe também o aproveitamento financeiro brutal, tentando passar para as mãos privadas aquilo que o povo levou anos, décadas construindo com seu sangue e seus atributos. Então é um projeto meritório, ele é demarcatório, sim. Ele marca uma posição – alguém disse, ideológica -, sim, mas ele é republicano, ele quer preservar. Ele quer preservar aquilo que é de todos e é tratado como se não fosse de ninguém. Aliás, essa frase não é minha, é do Dr. Leonel Brizola: “Tratam como se não fosse de ninguém aquilo que é de todos”. Por isso, eu repito aqui com muito orgulho: eu discuto esse projeto, elogio a sua autoria e elogio também o nível do debate na Câmara, porque há um debate de ideias, não há agressões de lado a lado, acho importante isso. Acho que nós temos que divergir, se for o caso, mas com relação ao tema, não com relação a quem é contra essa ou aquela pauta. Para nós, e aqui concluo, Presidente, agradecendo a oportunidade, o projeto do Roberto Robaina é altamente meritório e precisa ser aprovado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente Márcio, vereadores e vereadoras, público que nos assiste, para começar, isso é um debate interessante para se fazer. Se não fosse a privatização da comunicação no Brasil, certamente essa sessão *on-line* não estaria acontecendo no dia de hoje. Porque quem não se recorda de como funcionava o sistema de comunicação no Brasil? E não é há tanto tempo atrás, quando, para se ter uma linha telefônica, quando era estatal o sistema de comunicações, se entrava numa fila que durava alguns anos para se conseguir uma linha, ou se tivesse um amigo relacionado para conseguir uma linha. No meu caso, como um brasileiro humilde, jamais tive um telefone na minha casa, a não ser quando tive a minha empresa

já no ano de 1996, por aí, quando comprei uma linha telefônica. Ver. Pedro Ruas, para poder ter uma linha telefônica paguei U\$ 4 mil por uma telefônica. O cidadão que tinha algum recurso comprava linhas telefônicas e alugava. Era um negócio, existiam pessoas inclusive que previam isso no seu imposto de renda, o negócio de compra e venda e aluguéis de telefone. Então, dizer que defender empresas estatais é defender pessoas pobres, que está se vendendo o patrimônio dessas pessoas.... Na minha infância eu nunca consegui ter um telefone. Hoje qualquer cidadão, qualquer pessoa na cidade de Porto Alegre já nasce com um celular na mão. Muito mais do que aquela linha que poucas pessoas hoje têm porque não tem mais necessidade da linha fixa. Eu continuo com a minha linha fixa, porque eu paguei tanto por ela que tenho até prazer de tê-la... (Problemas na conexão.) ...de comprar um carro, uma loja, um apartamento para comprar uma linha telefônica. Portanto, o Ver. Robaina faz um projeto que é o que ele defende, defendendo as estatais, mantendo as estatais para que possam ter lá os seus cabides de emprego, as pessoas que estão lá ligadas a ele. É o seu discurso. Agora, dizer que as estatais estão lá para defender a população pobre, eu não vou concordar. Quero dizer que nós temos que fazer o debate, sim, Ver. Robaina, mas o senhor está fazendo de uma forma genérica tentando, de forma até diria que inteligente de sua parte, engessando o governo para que não possa fazer nenhum tipo de atividade de privatização. Não só privatização, como muito bem disse o Ver. Ramiro, colocando até em cheque as parcerias público-privadas, as terceirizações. Quer dizer, engloba dizendo que ninguém pode fazer, que o governo fique engessado por um período que não sabemos nem até onde vai, que não pode nem pesquisar nem fazer nem dar andamento, somente um ano após terminar a pandemia que nós não sabemos bem quando vai chegar ao seu final. Então, fazer esse tipo de colocação é dizer que não quer o debate, porque qualquer privatização que for feita no Município de Porto Alegre vai ter que passar pela Câmara de Vereadores, vai ter que ter o debate necessário e faremos o debate para decidir se queremos ou não. Até porque nós temos que alargar o debate, nós não podemos discutir tudo como se fosse a privatização... (Problemas na conexão.) ...por exemplo, as parcerias público-privadas, as concessões públicas... O próprio DMAE, se fala muito em privatizar o DMAE, eu não sei se esse governo quer privatizar o DMAE, quer fazer uma parceria público-privada ou quer fazer concessões de uma parte, onde ele não consegue atuar. Então é muito simplório dizer que não pode fazer nenhuma atividade de desestatização. Então eu sou favorável, sim, às privatizações. Tenho certeza de que a grande maioria dos vereadores é, desde que se tenha o debate e a necessidade. E tenho certeza de que todos esses debates e as privatizações, na sua grande maioria, vão gerar riquezas para o Município, porque vão gerar impostos que hoje não são recebidos, vão gerar empregos, gerando muito mais benefício à cidade de Porto Alegre e às pessoas do que ao contrário, de preservar porque são patrimônios da população. Então eu acho que nós não podemos engessar, vou votar contrário e tenho certeza de que será profícuo o debate sobre privatizações na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, item a item, para que a gente possa evoluir. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o Presidente da Casa, Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que nos acompanha nesta tarde, quero parabenizar o Ver. Robaina na medida em que ele – sensibilizado com o problema da pandemia – apresenta uma alternativa um tanto salutar, eu diria, que trabalha com a lógica da participação popular. Vocês se lembram, antes da pandemia, como aconteciam as votações na Câmara? A população tinha acesso, eram presenciais, tinham audiência públicas, a pressão em cima de quem delibera é outra realidade. Tempos de pandemia são uma excepcionalidade. Muitos governos que, de fato, são capitalistas e neoliberais ficam atentos para poder inclusive não só participar de possíveis terceirizações ou privatizações. E eu diria mais: se não houvesse lucro, eles jamais entrariam nessa. Poderia aqui citar vários exemplos de que a população foi sobretaxada em relação a algumas privatizações. O que aconteceu com a Sulgás? O preço do gás baixou ou subiu? O que aconteceu com as privatizações do Pós e Pré-Sal? O petróleo? A gasolina baixou ou subiu? Agora, o governo municipal, que também defende as privatizações e as terceirizações, o governo municipal do nosso amigo Melo que foi vereador de Porto Alegre, ele assumiu na campanha uma pauta, para ampliar seu leque de apoio, do governo anterior. Ele falou isso. Ele assumiu a posição do governo Bolsonaro. Ele falou isso. Então nós sabemos que o governo Melo vai, com certeza, ter um desgaste tanto quanto foi no governo Marchezan, porque assumiu as mesmas pautas, a reforma da previdência, a terceirização da Procompa.... Falou que, se necessário, vai privatizar a Carris, em vez de consultar a sociedade, um patrimônio público histórico! Vocês acham que privatizando o DMAE a água vai continuar tendo essas mais de cinco mil torneiras abertas que estão nas comunidades? Não! Vocês acham que privatizando o DMAE vai ter a taxa social, tanto para a água como agora para luz, privatizando a CEEE? Mas é claro que não! Os pobres pagam a conta, infelizmente, e quem pode ter água e luz pagarão uma taxa muito maior. A ideia da terceirização é defendida pelos partidos capitalistas e neoliberais que defendem que quanto pior o serviço público, melhor será, para poderem justificar, terceirizar e privatizar. Ou vocês acham que a ideia de terceirizar o pronto atendimento da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, foi uma casualidade? Não, é pago um valor três vezes maior do que era antes o custo de um exame, de um raio x, de uma consulta. Ou vocês acham que o recurso que vem de fundo a fundo, pelo SUS, é o mesmo que é pago para os procedimentos de uma terceirizada? É só perceber. Inclusive, sobre isso não vai longe. Vamos apresentar - se vai assim, conforme tem denúncias - uma comissão parlamentar de inquérito, na Câmara de Vereadores, para poder fiscalizar o pagamento desses procedimentos. Vergonhoso! Porque algumas empresas que ganham, que são convidadas, ou que, pelo preço final, acabam ganhando, já apresentam um histórico condenável. É preciso rever, sim, as privatizações, as terceirizações e até PPPs. Existe uma dura realidade que no final quem paga a conta é o cidadão, como vai pagar a conta amanhã ou depois se privatizar a Carris, no controle da passagem do transporte público, aliás, já está pagando, o próprio

governo está admitindo que estar repassando R\$ 16 milhões para poder suportar o valor da passagem até um determinado mês, junho e julho, como disse o próprio governo.

Parabenizo o Ver. Roberto Robaina e concluo dizendo o seguinte: é mais do que importante avaliarmos o que próprio projeto de lei diz, em tempos de pandemia, você não pode passar o rolo compressor porque não é democrático, as pessoas não participam; está deslocado, porque as pessoas estão fragilizadas, nem grana para poder ter a passagem para se deslocar na cidade têm, imaginem o que está acontecendo com relação à fome e o desemprego na nossa cidade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Boa tarde, colegas e a todos que estão nos assistindo. Primeiramente, nós, enquanto bancada do PCdoB, queremos parabenizar o Ver. Robaina, já demonstrando o nosso voto a favor, porque, se é para não administrar o patrimônio, Ver. Robaina, para que eles querem ficar à frente desse projeto? Por que se colocam à disposição fazendo uma disputa tão ferrenha no período de eleição e depois abrem mão dessa maneira? Nós compreendemos que este é o momento de centralizarmos todos as forças, pensando numa pandemia, pensando na Covid, este é o momento de a gente ficar atenta a essa grande diversidade de cuidado com a população e não de ficar empregando o que é patrimônio público.

E não existe nenhuma contradição, como alguns outros colegas falaram e incitaram de forma até muito sutil, mas citaram inclusive o nosso projeto que falava da PPP e também da participação pública com parte dela, comunitária, não existe nenhuma contradição, bem pelo contrário, nós ressaltamos aqui que nós somos a favor de parcerias público privadas, como exemplo, a iluminação pública. Mas tem que ser respeitoso, tem que ser responsável, não pode ser dessa forma, precarizando, fazendo com que seja extremamente negligenciado esse atendimento à população, e depois vendendo a solução. Nós somos contra, a forma como é feito isso, as parcerias são bem-vindas quando são feitas de forma responsável. Olhar para tudo isso, olhar para esse projeto é olhar pensando no que nós somos bons exemplos inclusive no governo federal, no âmbito federal, e da própria Fernanda Melchiona, que também com a Perpétua, que é do PCdoB, que têm já... (Problemas na conexão.) ...na Câmara Federal um projeto muito semelhante a esse... necessário que a gente tenha respeito com a população. Nós estamos a favor e nós nos colocamos para fazer esse debate, porque nós entendemos que, neste momento, a centralidade é o debate da pandemia e o cuidado com a vida das pessoas e não essa forma até sutil de colocar, diante desse projeto de privatização, a precarização de todos os trabalhos públicos por incapacidade de gerir os serviços como nos venderam antes no período eleitoral. Então parabéns, Ver. Roberto Robaina, conte com o nosso apoio, a bancada do PCdoB está favorável ao seu projeto.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Obrigado, Presidente Márcio, colegas e amigas e amigos vereadores e vereadoras.

O debate está acontecendo; um bom debate sobre esse tema que é palpitante, sim. Eu até confesso que tinha alguma dificuldade na votação desse projeto, que não sou radicalmente estatizante, mas vou votar favorável ao projeto. Vou dar um exemplo, há anos, eu tenho aqui em casa um serviço de internet de péssima qualidade, muito ruim, da Net. E há uns dois meses, um pouco mais, pagava R\$ 400,00 por mês, mais ou menos, e telefonei para a Net e, depois de quase uma hora e meia pendurado no telefone – “aguarde um momento aguarde mais um momento” – eu consegui falar com uma atendente que não é de Porto Alegre, é de uns 4.000 Km de distância, e ela me disse que, se eu refizesse o meu plano, se fizesse um novo plano, tudo estaria resolvido e eu fiz, com um ano de permanência, em torno de R\$ 450, 00 por mês. E basta nós acompanharmos as nossas reuniões virtuais aqui da Câmara para vermos a qualidade do serviço que se presta com relação a isso. Eu, por exemplo, hoje, 2/3 da reunião eu não acompanhei porque de 5 em 5, de 10 em 10 minutos, o sistema está caindo. Ah, se fosse prestado pelo serviço público, pelo poder público, que reação teríamos? Ah, se fosse a Net estatal? E outra, eu só estou dando um exemplo. Por isso eu repito aqui que temos, sim, bons serviços privados, mas nem tudo é maravilha; e temos também, sim, serviços públicos que não andam tão bem, mas temos belos serviços prestados pelo setor público.

Eu sou, por exemplo, muito simpático às PPPs, agora, a privatização no Estado da Corsan e do Banrisul eu sou contra; a privatização do DMAE, Carris e Procempa, eu sou contra; e a venda da CEE, para mim, foi um fiasco, R\$ 100 mil. Aliás, a Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger falou sobre isso.

Vejam mais, privatizar o Hospital de Clínicas e o Hospital Conceição é criminoso, não podemos todos nós admitir isso. Vou repetir, Wi-Fi não está bem, 4G não está bem, portanto eu acredito, sim, num setor público como responsável por uma série de serviços que precisam ser mantidos públicos como, por exemplo, a água.

O Ver. Mauro Pinheiro disse que, se não fosse a privatização das telecomunicações, nós estaríamos ainda com aquele serviço anterior e caríssimo, até concordo, agora, se não fosse a privatização da Vale do Rio Doce, por exemplo, amigo Mauro, com grande certeza, não teríamos aquilo que aconteceu que é a mortandade de Mariana e Brumadinho. Ali houve uma convivência fenomenal dos empresários e de outras empresas privadas que fizeram pareceres todos equivocados; portanto, o meu voto será para demonstrar que eu mantenho aquela condição que sempre mantive, que aliás é uma posição do partido, nós não acreditamos que a privatização seja algo de salvação da lavoura e o serviço público seja como aquilo que é retardo ao crescimento do país. Nós precisamos, sim, de um serviço público de qualidade e de serviço privado também. E as maiores falcatruas deste País, aconteceram no setor privado. Basta ver o que aconteceu, por exemplo, com o nosso Petrolão. O que aconteceu? Empresários e

políticos se juntaram para roubar bilhões. Portanto, nós precisamos compreender a importância também do setor público. Um abraço a todos e obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Muito obrigado, Presidente Márcio. Cumprimento a todas as vereadoras, vereadores, público que está nos assistindo.

Esse projeto proposto pelo nosso líder da bancada do PSOL, Ver. Roberto Robaina, é muito importante. Nós devemos nos perguntar, na verdade, porque as privatizações estão crescendo tanto em meio à pandemia? Porque essa é a grande questão, a pandemia é um momento que fragiliza o debate público, inviabiliza a mobilização social e a lógica, comentada recentemente pelo Ver. Pedro Ruas, de passar a boiada, na verdade é uma lógica de governança, o liquida tudo. Hoje mesmo foi incluído do programa de estatizações do Presidente Bolsonaro, a empresa de Correios e Telégrafos; o governo Eduardo Leite rechaçou todas as possibilidades de discussão pública por meio de plebiscito para a gente debater as privatizações. E eu penso que a grande questão em torno disso é que eles sabem a maioria da população brasileira é contrária às privatizações. A última aferição do Datafolha mostrou que 67% dos brasileiros eram contrários às privatizações. Eu acho que é por isso que tem que passar a boiada em meio à pandemia, tem que evitar o debate público, a participação popular através de plebiscitos. Nesse sentido, é importante o que o Ver. Roberto Robaina propõe, enquanto nós estivermos diante de uma calamidade sanitária, não há como debater temas que fazem parte do nosso dia a dia, questões estratégicas como a entrega do nosso patrimônio público.

Há vários argumentos aqui, nós fomos acusados, no *chat*, há pouco, de fazer um discurso do passado, mas não tem nada mais anacrônico do que o exemplo que trouxe o Ver. Mauro Pinheiro sobre a popularização do acesso às linhas telefônicas e aos celulares. Agora, o Ver. Airto Ferronato me ajudou inclusive nessa argumentação porque o serviço continua com vários problemas por que não é algo que correspondia àquele período quando se debateu muito a entrega da CRT aqui no Rio Grande do Sul. É uma visão que pensa o desenvolvimento tecnológico como um mero produto do controle privado da economia. O trabalho humano é o responsável pela inventividade tecnológica. É só olhar o exemplo do Brasil, nós somos um país de capitalismo dependente, onde as empresas estrangeiras fazem a festa, enviam remessas de lucros milionários, anualmente, às suas matrizes, deixando o nosso País à míngua, mas, mesmo assim, nós temos uma rede de universidades públicas invejada no mundo inteiro – que está sendo atacada, inclusive, muito fortemente. Nós temos institutos de pesquisa pública, como a Fiocruz, como o Butantan – algo que vários países desenvolvidos, na opinião de vocês, não têm.

Aliás, estamos diante de um grave problema neste momento, porque a falta de perspectivas que o neoliberalismo está provocando no Brasil está gerando um processo chamado fuga de cérebros. O jornal Zero Hora debateu esse tema há cinco dias. É a política neoliberal de entrega do patrimônio público que está gerando essa situação; e é daí que vem a tecnologia, daí que vem o desenvolvimento. E é por causa desse círculo vicioso em que o neoliberalismo colocou no nosso País, desde o final da década de 80, que hoje nós estamos vivendo uma crise gigantesca.

Agora, com relação às privatizações aqui em Porto Alegre, não é a bancada de oposição e os vereadores das outras bancadas que vão se opor à privatização da Carris, que vão criar um problema para o prefeito Sebastião Melo; é a população da nossa cidade. A Carris é a empresa de referência do transporte público aqui na nossa cidade, a mais lembrada pela população porque presta serviços de qualidade. Por décadas foi uma empresa de referência em nível nacional. E agora, os recorrentes problemas de gestão nos colocaram diante desse colapso do transporte público. Em 2013, quando as grandes manifestações colocaram o transporte no centro, várias propostas foram colocadas na mesa, uma delas era a abertura das contas dessas empresas. E isso nunca foi feito! Depois, elas ganharam a licitação! E a que ponto nós chegamos, neste momento? Eu tenho certeza de que a população de Porto Alegre vai rechaçar essa situação. Os usuários de transporte público sabem onde a Carris chega, sabem a responsabilidade que essa empresa tem com a população, com as nossas comunidades. Eu acho que esse é um tema que não só não deveria ser debatido em meio à pandemia, como deveria ser colocado sobre a possibilidade de a população discutir, debater. Porque não é verdade que isso foi apresentado em meio às eleições. O Melo, em 2016, era contra a privatização da Carris. No ano passado, não teve coragem de dizer que ia fazer isso. Se possível, enfim, esse não é um discurso enfático, não é um discurso de quem... (Problemas na conexão.) ...Executivo, e agora está apresentando esse tema.

A mesma coisa com relação ao DMAE. O Tribunal de Contas do Estado fez um relatório – que eu penso que todos nós deveríamos ler para fazer este debate –, que aponta coisas de quando o Marchezan usou a velha tática dos neoliberais para privatizar: desestrutura, desmoraliza na sociedade, deixa a empresa falir, entrega para o setor privado. O quadro dos funcionários caiu, é o menor desde 2017; as interrupções no abastecimento, só no ano de 2020, aumentaram em 40%; procrastinação no andamento da contratação de serviços pelo DMAE; ataque à autonomia administrativa. Lembrando que é uma empresa superavitária. Essa é a estratégia que está colocada neste momento, e é por isso que agora, em meio à pandemia, tem que paralisar a privatização. E nós queremos que a população discuta o tema, não temos medo da democracia e da participação popular, e é por isso que temos que aprovar este projeto. Parabéns, Ver. Roberto Robaina, pela proposta.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Obrigado, Presidente Márcio. Saudando V. Exa., cumprimento os colegas, as colegas presentes e toda a cidadania de Porto Alegre. Tema muito pertinente é a pandemia. Esse, sim, é o tema fundamental sobre o qual esta Câmara deveria estar se debruçando exclusivamente; apenas tratando sobre como combater, de fato, essa pandemia terrível. Mas, não! Nós temos, sim, que estar criando outros projetos para tentar conter a sanha privatista, conter a sanha daqueles que buscam vender o patrimônio público. Os interesses são vários; sabemos. São de longa data, são daqueles que são... (Problemas na conexão.) ...de um discurso e de uma prática que não são condizentes com a coisa pública. Porque uma Câmara, um governo não deve ser um balcão de negócios. Não deve ser um mercadinho onde alguém chega, oferece um valor, leva uma mercadoria. Deveria ser, sim, o interesse público em primeira mão! Entregar patrimônio da cidadania, constituído por gerações? Olhem a Carris! As Carris desde os bondes puxados por burro, por cavalo, depois elétrico, agora sobre o asfalto da nossa cidade, constitui um patrimônio, uma parte da história, que não pode ser vendida em plena pandemia!

Por isso o projeto tem o seu mérito. Não é só pela Carris, mas pelo conjunto das estruturas que garantem ao povo os serviços públicos. Agora, eu fico perguntando: por que é que os governantes fazem estelionato eleitoral? Não têm coragem de encarar o povo no olho e dizer a verdade nos programas de TV? Não têm coragem! O próprio Bolsonaro, inclusive o governante Melo – muita coisa que está fazendo não disse que faria! Não disse! E agora está implementando a sua agenda.

Não poder se enganar, o governo, e achar que tem uma carta branca assinada pela população, porque 45% dos votos foram conferidos à oposição. É fato, claro, que a oposição não está no Paço, mas ela representa, aqui, os anseios e o desejo de uma parcela expressiva da população que não quer privatizações, que não quer venda de patrimônio, muito menos durante a pandemia! Por isso nós precisamos, de fato, constituir uma força-tarefa para derrotar o vírus e não derrotar o patrimônio da população.

Por isso eu quero dizer que votarei favorável ao projeto. Porque eu entendo que o que é do povo não pode, simplesmente, ser decidido por 36 vereadores. Nós precisamos ouvir a população. E os que me antecederam disseram: “Olha, a pandemia está gerando sessões *on-line*, o povo não vai à Câmara conversar, dialogar, não consegue acessar.” E todos sabemos – todos sabemos! – que uma parte muito grande da população não tem acesso a uma internet de qualidade. Vejam que estamos aqui ouvindo o Ver. Airto Ferronato que colocou isso, um vereador de longa data na cidade, que não consegue ter uma internet de qualidade. Então, vocês imaginem o restante da população de Porto Alegre! O debate está, sim, de fato, sendo para uma parcela da população, cerceado. Então, quero dizer a todas e todos que não podemos aceitar que meia dúzia de pessoas, por mais legítimas que sejam para debater e representar,

decidam sozinhas e inclusive coloquem na prioridade coisas que não devem ser prioridade neste momento.

Estou até agora aguardando, inclusive aguardo sentado, o prefeito assinar o contrato de compra da vacina, ou do consórcio com os outros municípios para a compra da vacina, que foi autorizado por esta Casa – eu votei e elogiei no início de março. Estamos no dia 14 de abril. Eu e um milhão e meio de habitantes estamos esperando.

Então, não vamos atropelar os processos! Vamos dar tempo para que o povo possa também participar. Por que medo do povo? Quem tem medo do povo na Câmara de Vereadores? Quem tem? Essa é uma pergunta que muitos deveriam responder: por que têm medo do povo poder conversar, dialogar, visitar os gabinetes? Eu acho que o projeto ajuda nisso! Ajuda a segurar essa sanha dos vendilhões, as pessoas que têm o puro interesse de fazer da política um balcão de negócios. E nós já vimos que isso não deu certo, e continua não dando certo – Brasília é um exemplo! Vejam o que é aquilo lá! Um balcão de negócios vendendo tudo. Só falta venderem a alma do povo brasileiro! E isso nós não podemos aceitar. Porque a alma do povo brasileiro também é um patrimônio público, também são as empresas públicas.

Para concluir, Presidente Márcio, nós precisamos, como homens e mulheres públicos que somos, ter responsabilidade. Não podemos decidir a venda, assim, durante a pandemia, do patrimônio que é da população, que está preocupada com a fome, com o desemprego, com a angústia de não ter inclusive leitos de UTI para serem atendidos, quem dirá ter a vacina, que não aparece nunca para toda a população. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente, colegas, vou ser sucinto. Apenas para fazer uma consideração que eu julgo importante. Para que fique explícita a nossa opinião, por óbvio nós vamos acompanhar os colegas que já argumentaram contra o projeto, porém é importante, depois de ouvir aqui alguns colegas que disseram que o governo Marchezan, o governo do PSDB, o governo passado, o governo Marchezan – e foi falado genericamente, foi desta forma – teria tratado a coisa pública na estratégia de quebrar para vender. Não é o que os resultados demonstram quando a gente fala, por exemplo, da Carris. Houve um grande trabalho, e quero homenagear aqui a Ellen, que fez um trabalho importante, e todo corpo técnico, inclusive de funcionários, que ajudaram no resgate do balancete e de uma série de problemas históricos da Carris. E não estou dizendo aqui que sou defensor de ela ser pública ou ser privada, estou falando em cima de discursos para que aquele porto-alegrense que ouviu aqui tenha escutado como uma regra válida de que o governo tratou as coisas públicas desta forma, e não é verdade. Nós também apoiamos em outros momentos, por exemplo, o que o governo do MDB fez em relação à antiga Corag, e já falei disso em outros momentos. Nós temos que parar de ser 8 ou 80! Nós, da bancada

do PSDB, que usamos como princípio o estado necessário, não o estado mínimo ou o estado máximo, o que for essencial e tiver que ser público, nós defendemos que seja, nossa história é de criação de agências de regulação. Agora, alto lá, não vamos sair por aí dizendo inverdades e repetindo como se fossem verdades. Foi um acerto que foi feito pelo governo estadual do MDB, Sartori, do ponto de vista, por exemplo, da Corag. Eu trabalhei uma época no campo gráfico e sei que inclusive era terceirizada parte disso, era obrigado a ser contratado, se pagava mais caro com dinheiro público e as gráficas privadas acabavam prestando serviço para a Corag, que cobrava alto o recurso do próprio governo. Então, alto lá, é preciso fazer o registro de que o que for público e que não for essencial, ou melhor, que for essencial e nós tivermos condições de defender que seja público, que ele não pode, em hipótese alguma... É claro que a gente vai divergir sobre o que é essencial e o que não é, isso faz parte, mas precisava fazer esse registro aqui porque o governo anterior, quando se tratou da Carris, quando se tratou do DMAE, que muitos mentiram e fizeram campanha, camiseta, perfurite: “Não à privatização do DMAE!”. O nosso governo em nenhum momento levantou ou apresentou alguma proposição de venda do DMAE, isso é uma técnica de fazer política movimentando as massas através da insatisfação ou inverdades. Não houve nenhum movimento para privatização do DMAE no governo anterior e também não houve nenhum movimento para destruir e quebrar a Carris para vendê-la. Então, alto lá, vamos ter bom senso, porque aí o diálogo fica bonito. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 076/20.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas. Inscrevi-me para dialogar sobre esse projeto do Robaina, e primeiramente quero saudar a iniciativa do vereador, acho que é uma discussão importante nós fazermos em tempo de pandemia. Foi bem colocado pelos colegas que me antecederam o momento que estamos vivendo e como está difícil de a gente conseguir acessar as discussões políticas e os encaminhamentos. De fato, a população está com outras preocupações neste momento que não as preocupações que estão sendo postas na ordem do dia pelo governo Melo. É importante a gente salientar a nossa solidariedade a todos e todas que estão se sentindo lesados no seu direito de conseguir acompanhar a política. Eu tenho completo desacordo daqueles que acham que nós só podemos convidar o povo a participar da política de quatro em quatro anos, em período eleitoral. As audiências públicas, as sessões presenciais, as reuniões de comissão são espaços abertos, e a gente sabe que pelo motivo da pandemia e pela desigualdade que existe de acesso à informação, como muito bem relatou o Ver. Ferronato, nem todas as pessoas estão conseguindo acompanhar de forma equânime as discussões e as votações que fazemos virtualmente por todos esses aplicativos. Então me solidarizo com aqueles que estão se sentindo lesados, principalmente os servidores públicos.

Quero aproveitar essa discussão em torno das privatizações, das terceirizações e das concessões para lembrar exemplos bem recentes de como empresas privadas que se apropriam dos serviços públicos, dos direitos da população, muitas vezes acabam prestando um serviço de péssima qualidade com prejuízo para o erário e com morosidade por parte das secretarias, por parte do governo no seu papel de fiscalização. Importante lembrar recentemente o exemplo da empresa Multiclean, empresa que prestava serviço de higienização, limpeza e cozinha para as escolas da rede do Município, teve que fazer este ano uma contratação de forma direta por parte da Prefeitura porque aquela empresa pilantra, que não pagou o direito dos trabalhadores terceirizados, declarou falência e inclusive embargou processo licitatório da Prefeitura, e para retornar às aulas presenciais teria que ter um novo processo de licitação, uma nova concorrência, ou seja, causou prejuízos tanto para rede escolar, quanto para o erário. Hoje recebi a denúncia de que a MG Terceirizações, também uma empresa de higienização e limpeza das unidades de saúde do Município de Porto Alegre em que também os trabalhadores estão sem receber as suas verbas rescisórias, sem receber os seus direitos. Nós estamos cobrando um posicionamento por parte da Secretaria Municipal da Saúde e também dessa empresa que não é a primeira vez que nós recebemos reclamações dos trabalhadores vinculados a esta empresa parceirizadas porque as unidades de saúde nas quais elas prestam atendimento é de responsabilidade do Hospital Divina Providência, então, estamos falando de parceirizações. E também o exemplo que afeta todos os porto-alegrenses que são as empresas privadas de transporte coletivo que prestam um serviço péssimo, com uma das passagens mais caras das capitais brasileiras, as empresas de ônibus de Porto Alegre que não prestam contas em relação àquilo que recolhem dos contribuintes, dos usuários, não prestam contas para a Prefeitura. Não foi à toa que tivemos que investir R\$ 350 mil numa auditoria fiscal para saber o levantamento da bilhetagem antecipada, e até agora nós ainda não recebemos o retorno dessa auditoria fiscal que foi contratada pela gestão do Marchezan, e novamente estamos de joelhos para essas empresas que agora, no momento de pandemia, colocaram o lucro acima da vida: para não perder mais dinheiro, sendo que os lucros estão previstos no contrato, elas excluíram diversas linhas, diversos horários deixando nosso povo na mão. E adivinha quem teve que suprir mais de 22 linhas que foram canceladas de forma unilateral pelas empresas privadas de transporte coletivo? A empresa Carris! A empresa Carris, que está garantido o pagamento em dia dos trabalhadores rodoviários, o oposto do que as empresas privadas vêm fazendo, que descontou 25% do salário dos rodoviários mantendo a mesma carga horária de trabalho. E nós queremos, sim, os serviços da ponta de forma eficiente, eficaz e com qualidade, mas para isso nós não defendemos um salário de fome para esses que prestam esse serviço, e é isso que vem acontecendo com a terceirização da higienização, da limpeza, da cozinha, da segurança e também do nosso transporte coletivo que é prestado pela Associação dos Transportadores de Passageiros. Então é importante pontuar: nem tudo que é privado é de excelência, nem tudo que é privado tem controle público. Nós, enquanto mantenedores, deveríamos estar fiscalizando. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o PLL nº 076/20. (PAUSA.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente Márcio Bins Ely, eu quero fazer um registro a um comentário sobre a fala do Mauro Pinheiro. O Mauro Pinheiro alegou o crescimento do acesso aos telefones celulares para defender as privatizações, para dizer que as privatizações permitiram esse acesso universal. É inacreditável esse argumento porque ele é o senso comum sem um estudo devido, de fato ocorreu isso, mas abstrair que a privatização do sistema Telebras no Brasil ocorreu justamente depois que nós tivemos uma revolução tecnológica no mundo digital! Revolução tecnológica do mundo digital, foi isso que ocorreu! A infraestrutura exigida para celular é muito mais fácil, a expansão das forças produtivas é o que explica isso, e não a privatização. Eu vou sugerir, e talvez o Mauro não conheça, talvez ele tenha dito isso sem conhecer, tem um livro que é um clássico e aconselho todo mundo a ler, do Manuel Castells, que chama “A sociedade em rede”, e ele é prefaciado pelo Fernando Henrique Cardoso. Nesse livro o Manuel Castells define assim: foi o Estado e não o empreendedor de inovações em garagens que iniciou a revolução da tecnologia da informação, tanto dos Estados Unidos, como no resto do mundo. Eu não vou ficar argumentando aqui, mas eu acho que é importante, a gente não pode simplificar o debate e defender a privatização, achando que a privatização é que produz revoluções tecnológicas. Isso não faz nenhum sentido, não tem nenhuma força argumentativa. Esse é um ponto.

O meu projeto é mais simples que isso, o meu projeto não quer demonstrar que as privatizações significam demissão em massa. Isso foi o que ocorreu no Brasil com privações, demissões, redução da qualidade dos serviços. Isso é o que tem ocorrido, isso é o que vai ocorrer se houver a privatização da Carris; é isso que vai acontecer na Procempa; é isso que vai ocorrer no DMAE. Então, o que eu estou propondo é simples, pelo menos, vamos suspender as privatizações agora. Eu sei que vocês não querem. O Pedro Ruas lembrou o Brizola, que, neste caso, ia dizer o seguinte: “Quem está contra esse projeto são os entreguistas”. Esses que podem estar contra esse projeto. Na atual conjuntura, a ideologia entreguista está com um pouco mais de força do que nos anos 80, porque nos anos 80 a mobilização contra o entreguismo nacional se combinou com a luta contra o regime militar, porque foi a ditadura militar a campeã do entreguismo no Brasil, a campeã do entreguismo no Brasil foi a ditadura militar. Então, naquele momento, quando se cunhou esse termo, os entreguistas tinham menos força, agora esqueceram, e com o Bolsonaro esqueceram mais. Mas essa onda vai virar. E esse projeto, é um projeto que busca, justamente, construir as condições para que essa onda vire, e a população saiba, sim, quem é quem. Não é pessoal, não é pessoal, é profundamente demarcatório do ponto de vista de saber de que lado está aqueles que estão defendendo o interesse público, e de que lado está aqueles que estão defendendo a entrega do patrimônio público para a iniciativa privada. Porque é disso que se trata quando se fala em privatizar a Carris, privatizar o DMAE,

privatizar a Procempa. Então aqui é o debate é claro, e o projeto é claro. O projeto, mesmo que ele defenda a privatização de alguma empresa, poderia votá-lo, porque o projeto não entra na definição, ele não proíbe de modo indefinido privatização. Ele proíbe agora na pandemia, porque é um escândalo que, sem debate público, se pense em privatizar. Infelizmente, o governo municipal, o Sebastião Melo, que um dia foi lutador contra a ditadura militar, mas hoje se converteu num gerente da política de combinação entre centro e direita e o bolsonarismo, agora está tentando avançar na privatização de tudo. Infelizmente, levando adiante os projetos defendidos pelo Marchezan e seu vice, na sua chapa, dava a impressão de que ele faria isso. Portanto, eu não vou fazer aqui um juízo de valor sobre a honestidade política do Sebastião Melo porque, afinal de contas, o vice da sua chapa, deixava bem claro quais eram os seus propósitos, por isso eu não o apoiei, embora ele não tenha dito na sua campanha que privatizaria a Carris, nem tenha dito que, na sua campanha, que privatizaria a Procempa ou que liquidaria a Procempa, com a tentativa de aprovar o projeto que o Marchezan levou adiante na Câmara. O projeto é simples, mas, ao mesmo tempo, eu sei que as forças contrárias a esse tipo de política que eu defendo, infelizmente, ainda são muito poderosas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 076/20.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Presidente. Imagina só a população se se dedicasse, digamos, um milhão e meio de pessoas de Porto Alegre se dedicassem a escutar a sessão de hoje na Câmara, o que eles iriam pensar? Eles gostariam de privatizar, certamente, eles iriam gostar de privatizar até a Câmara de Vereadores. Porque é um absurdo o que se ouve da oposição numa tarde inteira, absurdo, não soma nada. Agora, porque o Melo, não sei quem foi que disse – não foi o Robaina agora, ele fez uma curva bonita –, mas alguém disse que o Melo se associou com o Bolsonaro. Não, não, o Melo se associou com a população de Porto Alegre, com quem votou nele, e também com quem não votou, porque não votaram na Manuela. Eles tinham a opção de votar na Manuela, 30% dos brancos, nulos e as abstenções, esses não quiseram votar na Manuela... (Problemas na conexão.) ...o que manda, o que a população quer. Não é possível gastar R\$ 60 milhões, R\$ 70 milhões para botar numa empresa como a Carris, e ela não oferecer um bom serviço; ela não balizar o preço da passagem. A Procempa, não sei porque a oposição está confundindo, eles acham que não é monopólio, então, não é privatização, o que que é afinal? Nós queremos é dar oportunidade para que essa Procempa se agilize um pouco mais e faça o que a população está pedindo. A população está pedindo mais agilidade, está pedindo melhor serviço para o cidadão. Chega desse ranço. Chega desse ranço de cuidar só do Simpa, vamos cuidar dos outros, de toda a população de 1,5 milhão de pessoas que tem Porto Alegre. E para isso, nós precisamos agilizar, não é para vender patrimônio, é

comprar, é comprar tecnologia, é comprar eficiência, como íamos fazer com algumas adaptações, ou privatizações, ou PPPs.

Então, vamos votar contra o projeto do Robaina. Mas é ideológico, sim, é a ideologia do atraso, que não deu certo em lugar nenhum do mundo, nem na China. Na China, a parte que está dando certo é a capitalista; na Rússia, é a parte capitalista; e na Venezuela, nem uma, nem outra, lá não tem capital, só tem a incompetência. Então vamos ficar com a competência, vamos fazer aquilo que é justo, o Sebastião Melo está fazendo aquilo que ele prometeu e aquilo que a população votou. A população votou nessas propostas, e os vereadores, a grande esmagadora maioria, acompanha esta política do ex-vereador, do prefeito Sebastião Melo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 076/20.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Presidente, vou ser breve, não vou usar meus cinco minutos, mas eu quero dizer que, ultimamente, a oposição tem sido uma oposição aos porto-alegrenses, não é uma oposição ao governo do Melo e Ricardo Gomes. É um pessoal que só está atravancando todas as coisas que têm que acontecer na cidade, com a desculpa esfarrapada de que só a Covid-19 que interessa.

É um absurdo nós termos vereadores que não pensam na cidade como um todo. Isso é uma vergonha para todos nós, mostrando o quê? Que nós, simplesmente, nos esquecemos do resto. Ninguém está dizendo que não existe Covid-19, que é importante nós trabalharmos essa pauta, mas a cidade urge que possa ter outras ações que venham melhorar a vida dos porto-alegrenses. Seja na educação, seja na saúde, seja na economia, no trabalho, porque as pessoas estão morrendo não só da pandemia, estão morrendo porque faltam ações efetivas para que aconteça o que precisa acontecer nesta cidade. Infelizmente, a vanguarda do atraso da oposição, que é, de novo, mais uma vez, ficar impondo a sua decisão de que não aconteça mais nada na cidade que não seja a pandemia da Covid-19.

Aliás, quero aqui parabenizar a jornalista Rosane de Oliveira, que hoje tem uma fala muito importante a respeito da abertura das escolas, que é uma pauta que nós vereadores também temos que conversar. Porque as crianças e os adolescente estão na rua, muitos sendo cooptados pelo crime, e aqui nós vemos uma demagogia, por parte da oposição, que não quer a melhoria da cidade, quer se locupletar fazendo pauta que não vem ao encontro do que os porto-alegrenses querem. Muito obrigada, e é não a esse projeto.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 076/20.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Meus queridos colegas, eu quero dizer o seguinte, nós estamos diante de um conluio que está instalado no País infelizmente. Infelizmente, nós estamos vivendo no país do estelionato eleitoral. Os políticos vão, em ano de eleição, às ruas, pedem voto, dizem que vão melhorar, que vão ajudar a organizar a vida, que vão fazer as reformas para criar empregos para matar a fome do povo, para resolver os problemas e depois assumem o poder, “tchau, tchau povo, nos vemos daqui a quatro anos”. Essa é realidade do neoliberalismo, dos vendilhões. Isso é realidade daqueles que não têm coragem de encarar o povo e de dizer lá na porta da população: “ Eu vou vender a Carris, eu vou vender o DMAE, eu vou vender a Corsan, eu vou vender a Petrobras, venderei o Banco do Brasil”. Não tem coragem, porque qual é povo que vai entregar a sua soberania para outras nações? Qual o povo que votaria, na urna, com lucidez, em alguém que vai entregar a casa para um alheio? Essa é a realidade. Daqui a pouquinho nós estaremos alugando a Prefeitura, alugando o Piratini, alugando o Palácio do Planalto, quer dizer, este já está meio alugado, se a gente for botar na ponta do lápis, quem está mandando mesmo lá dentro não é o povo, não é, são os superpoderosos, são os milionários e são os corruptores desta Nação. São e digo por que: a realidade é que os políticos acabam fazendo papel de laranjas, ganham aí migalhas, ganham mansões, ganham carrões, dinheiro, contas na Suíça, alguns ganham algemas, mas ganham suas benesses, mas os hipermilionários, esses, sim, enriquecem – os corruptores. Aqui não estou tentando livrar a classe política, porque eu acho que tem muito político que erra e deveria acertar mais, deveria buscar acertar mais.

Política não é carreira, política é estar à disposição do povo para construir o bem comum, e não se constrói bem comum vendendo patrimônio.

Eu queria entender o que passou na cabeça daqueles deputados que ajudaram a vender a CEEE por R\$ 100 mil, o que passou na cabeça deles? Será que eles entregariam a chave da casa deles, que vale muito mais, por um pacote de balas? É essa a comparação. Aqui em Porto Alegre, em vez de comprar vacinas, de fazer testagem em massa, abrir unidades de saúde que o Marchezan fechou, ajudar o povo a superar a fome dando um auxílio emergencial municipal, não! Aqui é: “Vamos vender a Procempa, vamos vender a Carris, vamos vender o DMAE”, o que mais querem vender? Será que o Melo vai retomar o projeto do Marchezan e, daqui a pouco, colocar até pedágios na cidade? Nós ficamos muito tristes – nós, do partido das trabalhadoras e dos trabalhadores, que ajudou a construir mais democracia com participação do povo desta cidade – que a cidade não tenha mais orçamento participativo; agora é câmara cartorial, não é para debater, não é para discutir, é cartório. Eu não acredito que muito vereadores, eleitos pelo povo, venham para cá só para assinar o que o Executivo manda. Acho que nós temos que romper com essas estruturas que estão atravancando o povo, estão atravancando o futuro da Nação. O Oliboni, que nos antecedeu, disse: “O gás não diminuiu de valor”. Para concluir: a Liquigás foi vendida, e nós estamos esperando o que para retomar as experiências que deram certo? Uma nação que não tem empresas

públicas, não tem patrimônio, não vai conseguir se desenvolver, porque as empresas de fora vão lucrar e vão levar o dinheiro para os seus países, isso não pode ser permitido.

Portanto, nós encaminhamos, a bancada do PT, o voto favorável ao projeto de lei do Ver. Robaina, e vamos seguir na boa trincheira, em defesa do patrimônio do povo, porque não somos negociantes; somos vereadores, somos políticos comprometidos com a história de Porto Alegre, e a história de Porto Alegre, da sua maioria, não é a história da venda do patrimônio público, é a história do povo que luta, constrói e edifica o futuro, e não destrói o que outras gerações fizeram. Obrigado, Presidente Márcio.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 076/20.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Obrigado, Presidente Márcio. Em primeiro lugar, acho que nós temos que fazer a discussão em separado. O que é privatização, o que é concessão, o que é parceria público-privada, o que é terceirização, porque a gente discute tudo como se fosse uma coisa só. Até este momento, Ver. Jessé, não tem nenhum projeto, aqui na Câmara, do governo privatizando nada. Nós estamos hoje discutindo privatização num projeto do Legislativo, do Ver. Roberto Robaina, que defende a não privatização, a não desestatização, e nós estamos fazendo o debate. Nós poderíamos estar discutindo a Covid, a saúde, se viesse um projeto dessa natureza. Eu acho bom discutir um projeto sobre privatização, mas dizer que estamos discutindo privatização porque o prefeito... O prefeito não mandou, e eu não sou da base do governo, mas tem projetos, como por exemplo o da Procempa, que são para discutir monopólio, e monopólio é diferente de privatização. O monopólio tanto pode ser estatal como pode ser privado; no caso, hoje, o projeto mais próximo do que se está discutindo, é o da Procempa, que está se discutindo um artigo de uma lei muito antiga, da criação da Procempa, que limita o Executivo a contratar a empresa Procempa, não podendo contratar uma empresa privada. É esse o projeto mais próximo dessa discussão, então não é sobre privatização da Procempa. O que já está se temendo é que, como a Prefeitura é obrigada a contratar a Procempa, a Procempa vai sobrevivendo; se ela tiver que concorrer, porque o preço dela é mais alto, o custo dela é maior e a agilidade dela é menor do que o setor privado e ela não consegue prestar o serviço como se necessita e com a qualidade necessária, ela vai morrer, ela poderá deixar de existir porque ela não vai ter competência para concorrer com o setor privado. É isso que está se dizendo, porque não tem nenhum processo de privatização e nem dizendo que o Município não pode contratar a Procempa, está se dizendo que ela vai ter que concorrer com o setor privado, e aí já está se prevendo que ela vai deixar de existir, vai sucumbir, porque ela não vai ter competência, é isso.

O projeto do Ver. Robaina – e te dou os parabéns, Ver. Robaina – é um projeto inteligente, porque o senhor traz para o debate o que o senhor pensa, e que, se os

vereadores aqui pensam diferente sobre... (Problemas na conexão.) ...no seu discurso, votariam favoráveis e trancaria todo o sistema de governo, o Executivo ficaria amarrado, algemado por um projeto de lei. Mas os vereadores pensaram, leram seu projeto, estão fazendo a discussão e vão votar contrariamente, porque ele não é um projeto que vai ao encontro do que nós pensamos, ponto. Agora, dizer que a privatização é a venda do patrimônio público, das lutas... A grande maioria da população quer mais é que venda e que haja atendimento, as pessoas querem geração de emprego. A privatização, a venda das estatais, a grande maioria das estatais são cabides de emprego, usadas para colocar CCs, cargos públicos para injetar lá dentro, para fazer o que foi feito na Petrobras. Quem não lembra do que aconteceu na Petrobras, e não eram partidos liberais que estavam lá dentro, foi comandado pelo partido que até hoje é contra a privatização, e tem que ser contra, não é? O Ver. Jonas tem que ser contra a desestatização da Petrobras, quantos companheiros e colegas enriqueceram dentro da Petrobras, quantas campanhas políticas milionárias foram pagas com os recursos da Petrobras, Ver. Robaina? Tenho certeza que o senhor é contra isso. Os companheiros se serviram da empresa pública! Qual é o cidadão que mora lá na comunidade mais carente que acha boa a Petrobras? O que a Petrobras tem de bom para a pessoa que mora no Mário Quintana, na Restinga? Não vejo nada, vejo o preço da gasolina alto, altíssimo, porque nós temos o monopólio do combustível, do petróleo no Brasil; se nós tivéssemos concorrência – aí não estou mais nem falando de privatização, estou falando de monopólio, porque temos uma empresa que tem um domínio –, se nós tivéssemos, quem sabe, dez, quinze empresas, será que a gasolina seria R\$ 6,00 o litro, como chegou a R\$ 6,00? O gás de cozinha, essa enormidade de preço? Com isso, sim, a população está preocupada, quer saber quanto vai pagar pelo combustível, quanto custa pagar os altos salários das pessoas que estão lá? Porque elas não vão passar nesse concurso público, não é? As pessoas que estudam em escola pública, que tem um custo mais alto, para o Município e para o Estado, do que as escolas particulares, custa muito caro, elas não vão passar num concurso público!

O que nós precisamos aqui é discutir caso a caso: o que é privatização, o que é PPP, o que é concessão, o que é terceirização. Vamos discutir cada um no seu momento; agora, não vamos aprovar um projeto que engessa e não fazer a discussão.

O que nós temos de empresas públicas em Porto Alegre que podem ser privatizadas, quais são essas empresas? Será que é isso que o governo quer? Temos a Carris, a Procempa, quanto vale isso? Será que vale a pena privatizar? O DMAE; se fala em privatizar o DMAE ou se fala em fazer uma parceria público-privada? Nós falamos em transporte público, em privatizar o transporte público; o transporte público é uma concessão de responsabilidade do Município, que tem um valor altíssimo... (Problemas na conexão.) ...A empresa Carris: sua venda eleva o valor da passagem ou diminui o valor da passagem? Esse é um debate, e eu tenho certeza que o que a população quer saber é o quanto ela vai pagar de passagem.

Se vender a Carris vai baixar a passagem, vai melhorar o serviço? Ver. Ferronato, e quanto à comunicação e também quanto à Mariana, nós temos que ter

empresas reguladores de controle e fiscalização, essa é a função do Estado, não gerir empresas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 076/20.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Depois da última manifestação do amigo Mauro Pinheiro, eu rapidamente me inscrevi, e quero dizer que esse é um dos defeitos do capitalismo, e eu não sou anticapitalista, eu sou do Partido Socialista Brasileiro – e tanto se fala no socialismo. Acontece que toda vez que qualquer coisa que venha a acontecer criminosamente no setor privado, crime – como em Mariana, que foi criminoso –, é porque precisava ter fiscalização do setor público. Empresa decente, séria e honesta que eu defendo, Mauro, não precisa ter fiscalização pública. Seus comandantes têm que ter a consciência da necessidade de prestar serviços éticos, sérios, morais e também sociais, porque aqueles pareceres que aconteceram na Vale do Rio Doce – entre outros, esse foi só um exemplo –, expedidos pelo setor privado, por empresas compradas pela Vale, eles mesmos diziam que aquelas barragens tinham risco. Que providência tomaram os comandantes da Vale? Nenhuma! Deixaram o risco acontecer pura e simplesmente pela ganância do fácil. Se estivesse no setor público, minha nossa senhora, o caos estaria implementado. Portanto, nem de um lado, nem de outro. Eu acredito na empresa privada séria e acredito no setor público sério e com qualidade. Aquele abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 076/20, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, este momento de votação é demarcatório – eu falei isso na discussão –, porque nos mostra uma tentativa correta, adequada de o Ver. Robaina buscar que, durante a pandemia, o período da tragédia – porque é uma tragédia o que nós vivemos, com mortes, sequelados, tristeza e luto – não seja utilizado para buscar ações. E eu não estou aqui falando em ganhos indevidos, não é isso; ações, no mínimo, discutíveis, por parte de qualquer governo – no nosso caso específico, do governo de Porto Alegre. Que esse período seja preservado, que esse período seja dedicado justamente ao combate à Covid-19, à pandemia; ao combate à falta de renda, sim, porque ninguém colocou aqui que qualquer tipo de extinção da Procempa – na prática, é isso –, ou privatização da Carris no futuro – isso tem sido mencionado diversas vezes aqui – ou, como foi dado o exemplo, eventual privatização do DMAE traria qualquer benefício ao combate à pandemia ou à geração de empregos. Antes, o Ver. Mauro

Pinheiro até colocou aqui: nós não estamos debatendo aqui projetos que digam respeito à pandemia. É verdade! O governo não manda, não encaminha. E boa parte, sob o ponto de vista legal, das iniciativas só pode ser do Executivo, mas não vêm projetos com esse teor, não vêm projetos com esses fundamentos, não há propostas de combate à pandemia – nenhuma –, não há, simplesmente não existem. Então essa é uma circunstância que nos faz, evidentemente, apoiar o projeto que busca evitar que, durante a pandemia, que é um período altamente sensível para a sociedade, porque ela não tem tempo nem condições de acompanhar o que está ocorrendo, ocorra esse desmonte. Talvez, em período normal, essa discussão nem ocorresse – pelo menos não nesse nível e dessa forma –, ficasse por conta daquilo que a população pode acompanhar, se posicionar.

Quem conhece hoje, na verdade, diz assim: “o povo quer isso, o povo quer aquilo”. Eu acho tão engraçado quando falam isso. Não apenas na Câmara, mas também fora. As pessoas gostam de dizer o que o povo pensa; elas não sabem, é o que elas pensam e põem na boca do povo: o povo quer isso, o povo quer aquilo. Eu posso dizer: o povo quer o projeto do Robaina – eu não consultei ninguém do povo sobre isso.

Eu acho que este projeto é importante e salutar, porque ele evita que se destrua boa parte do patrimônio público durante um período em que o público, a sociedade não pode devidamente acompanhar o processo, o debate e a decisão; e pode ser tarde demais depois, pode ser muito tarde. A pandemia não é para sempre – nós esperamos que não –, o projeto prevê uma duração durante a pandemia; ou seja, uma duração pelo tempo da pandemia. É nesse sentido e com esse espírito, com esse entendimento, com essa forma de interpretação que se deve votar o projeto. Ele não é um projeto para sempre. Engessa – já ouvi argumentos – para sempre. Não é isso! Não engessa para sempre, é durante a pandemia. Há outras prioridades.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade e... (Problemas na conexão) ...é necessário que nós tenhamos em mente que é durante a pandemia, é nesse período que nós não vamos permitir – não podemos permitir! – que a cidade perca patrimônios importantes. O debate depois da pandemia será de outro nível e com outro grau de participação popular. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 076/20.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, por óbvio, quando se fala em privatização, quando se fala em algum tipo de operação que envolva a transferência, por exemplo, de uma empresa pública para a iniciativa privada, iniciamos um debate, uma conversa, uma investigação.

No primeiro momento, quando se falava, por exemplo, em privatizar a Carris, eu era contra; mas, quando fiquei sabendo que 30% a 40% dos funcionários

estavam afastados pela Covid-19, fiquei muito preocupado pelas coisas que estavam acontecendo na companhia. Eu fiquei sabendo de números, listagens, procedimentos que me causaram muita preocupação. Nesse caso específico, eu já vi aqui o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Robaina trazerem as tabelas da empresa... (Problemas na conexão.) ...Então eu quero que os telespectadores também investiguem isso. Se realmente os funcionários – eu não vou colocar 40%, eu vou colocar 30% dos funcionários – da empresa estão afastados por suspeita de Covid-19, como é que a empresa vai funcionar? Fica muito complicado.

Nós também temos a questão da administração pública. Uma empresa privada tem liberdade de compra, ela acaba fazendo as transações comerciais com mais facilidade; e a empresa pública não – na grande maioria das vezes, ela tem que fazer licitação, e isso demora um tempo e acaba engessando a máquina pública. Quanto à privatização que o governo do Estado fez com a CEEE distribuidora, nós temos informações que o Estado começou a arrecadar passivos este mês já com tributos, que não descontava antes por ser uma empresa pública. Nós temos o princípio da imunidade tributária; por exemplo, não pode a União, o Estado ou Município pagar tributação entre si, então, quando uma empresa deixa de ser pública e passa para a iniciativa privada, ela começa a pagar tributo. E nós sabemos que, nesse próprio exemplo em si, a empresa tinha dívida milionária. Por muitas vezes, é necessária a privatização; nós temos que ver cada caso. Estamos abertos a conversar, a interagir, a investigar cada caso. Eu acho que esse é o caso da Carris. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não havendo mais inscritos, vamos colocar em votação.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 076/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**. (Já com o registro do voto “sim” do Ver. Idenir Cecchim, pelo *chat*.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro rejeitado o PLL nº 076/20.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 17h52min:** Encerrada a Ordem do dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Aprego o PLL nº 058/21, de autoria do Ver. José Freitas.

Aprego o PLL nº 139/21, de autoria do Ver. Giovane Byl e outros.

Aprego o Ofício nº 433/GP, de autoria do prefeito Sebastião Melo, encaminhando o PLCE nº 004/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Passamos à

**PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

**1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0086/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Fernanda Barth, que concede a Comenda Porto do Sol à Associação Cultural Floresta. (SEI 212.00012/2021-27)

**PROC. Nº 0147/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que concede o Diploma Honra ao Mérito à QI Faculdade & Escola Técnica. (SEI 161.00007/2021-94)

**PROC. Nº 0225/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/21**, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Luciano Hang. (SEI 020.00009/2021-33)

**PROC. Nº 0037/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 006/21**, de autoria do Ver. Jonas Reis, que altera para Rua Jane Beatriz da Silva Nunes a denominação do logradouro denominado Rua Madre Brigida Postorino, localizado no Bairro Santa Tereza. (SEI 210.00009/2021-13)

**PROC. Nº 0134/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 036/21**, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Ananias de Mello o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Um – Loteamento Liberdade Mário Quintana –, localizado no Bairro Farrapos. (SEI 019.00004/2021-12)

**PROC. Nº 0243/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 078/21**, de autoria do Ver. José Freitas, que estabelece multa a quem infringir ou afrontar a ordem prioritária estabelecida pelo Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19 de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 034.00053/2021-30)

**2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0381/20 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/21**, de autoria do Governo Municipal, que altera o art. 43 e inclui os artigos 43-A, 43-B e 43-C na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que trata da aposentadoria ao servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social. **Retirada a Mensagem Retificativa nº 01.** (SEI 118.00225/2020-91)

**PROC. Nº 0212/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 063/21**, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui na ordem prioritária de vacinação contra o novo Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Município de Porto Alegre agentes da segurança pública, agentes da saúde e demais profissionais considerados como pertencentes às atividades essenciais e que estejam envolvidos diretamente no combate a pandemias ou quaisquer outras crises sanitárias. **Com Emenda nº 01, do Ver. Leonel Radde. (SEI 208.00077/2021-87)**

**PROC. Nº 0266/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 090/21**, de autoria das Ver<sup>as</sup> Comandante Nádia e Fernanda Barth e dos Vers. Ramiro Rosário, Mauro Pinheiro e Alexandre Bobadra, que dispõe sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de disponibilizar gratuitamente medicamentos ou suplementos liberados e preconizados pelo Ministério da Saúde para o tratamento dos pacientes com sintomas da Covid-19 que possuam orientação médica com prescrição. **Com Emenda nº 01, das Ver<sup>as</sup> Comandante Nádia e Fernanda Barth e dos Vers. Ramiro Rosário, Mauro Pinheiro, Alexandre Bobadra e Claudio Janta. (SEI 025.00032/2021-23)**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente, eu me inscrevi em pauta até porque eu fui um dos vereadores que pediu para o diretor que sempre fizesse a leitura dos projetos que estão na pauta, para que a gente pudesse discutir exatamente o que está em pauta. E eu gostaria muito que o Ver. Jonas Reis nos explicasse o seu projeto, estou lendo aqui e ele está mudando o nome de uma rua; pela exposição de motivos, ele diz que quer trocar o nome da rua para Jane Beatriz da Silva Nunes, porque a comunidade está querendo. Mas eu fiquei preocupado, porque não tem explicação, se tu vais trocar o nome de uma rua, já existe uma pessoa que foi homenageada. Eu fiquei um pouco chocado, porque ele está trocando o nome de uma pessoa que fez um excelente trabalho, que é a Madre Brígida Pastorino. Então, eu gostaria de saber qual é o motivo que levou o vereador a trocar o nome, tirar a homenagem que foi feita pela cidade de Porto Alegre à Madre, se é algum motivo religioso ou alguma coisa coisa contra a Igreja Católica, contra a Madre, contra o trabalho social que foi feito, não só por essa Associação da Madre Brígida, que não é apenas uma associação de Porto Alegre, é uma associação nacional, é uma associação mundial, que fez um trabalho pelo mundo inteiro, e foi feita uma homenagem a ela. Hoje, o Ver. Jonas Reis está retirando essa homenagem, e eu quero saber como é que ele vai fazer para explicar para a população de Porto Alegre a retirada dessa homenagem. Todos as pessoas merecem ser homenageadas, mas não adianta tu fazer uma homenagem para uma pessoa e desfazer uma homenagem que foi feita pela cidade de Porto Alegre. Então vós vamos retirar o nome de uma rua de uma pessoa que foi homenageada para homenagear outra? Não seria melhor o vereador procurar uma outra rua, uma outra localidade? Eu fico preocupado, e gostaria de saber se tem alguma coisa pessoal do Ver. Jonas Reis, contra

a Igreja Católica, contra a Madre, contra essa instituição que fez um excelente trabalho e por isso mereceu uma homenagem.

Acho que o vereador poderia nos explicar, porque eu tenho dificuldade de votar para desomenagear a Madre Brígida Pastorino. Eu gostaria que o Ver. Jonas Reis nos explicasse. Eu espero que não tenha nada contra a Madre, contra a Igreja Católica, mas seria importante o vereador dar uma explicação para a população, não só para mim, mas para a cidade de Porto Alegre, para a Associação da Madre Brígida, que é uma associação internacional. Então gostaria de ouvir o Ver. Jonas Reis. Muito obrigado, Presidente. Era só isso.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Eu quero corroborar a manifestação do Ver. Mauro Pinheiro, porque também me chamou muito a atenção essa troca de nome de um logradouro. E eu não quero pensar que, assim como aconteceu com a Av. Castelo Branco, estejam tentando fazer o mesmo agora, uma desconstrução de um nome, que já tem um certo tempo, de uma Madre da Igreja Católica, porque muitas vezes nós vemos a desconstrução, por parte de alguns partidos, naquelas instituições que são fortes e que têm história, e que mostram um trabalho diferenciado para Porto Alegre. Então eu também gostaria de saber qual é a explicação do Ver. Jonas Reis, porque acredito que existam tantas ruas que podem ser nomeadas com o nome de Rua Jane Beatriz da Silva Nunes, que eu nem sei de quem se trata, mas, enfim, deve ser uma pessoa importante para o Ver. Jonas, mas a gente não precisa tirar a roupa de um santo para vestir outro. Eu gostaria dessa explicação também, para que a gente, aqui na Câmara de Vereadores, não caia no erro, novamente, como aconteceu na Av. Castelo Branco, de desconstruir uma história, uma cultura, de uma pessoa que passou e que merece todo o nosso respeito. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; ouvindo o Ver. Mauro Pinheiro e a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia pouco se tem a acrescentar. Eu concordo com o que foi dito, nós já temos um nome de rua definido, para isso houve a aprovação das famílias e das instituições, teve a manifestação dos moradores à época, um vereador teve a iniciativa da apresentação deste nome, e acredito ser bastante perigoso trocarmos o nome, agora, por outro. Existem tantas ruas em Porto Alegre: rua 1, 2, 3, A, B, C, que poderiam ser usadas para

fazer essa homenagem à Sra. Jane Beatriz, e deixarmos o nome que já está consagrado. Portanto, é um tema que merece uma discussão.... (Problemas na conexão.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Eu me sinto na obrigação de falar, já que a Ver.<sup>a</sup> Nádia citou a Av. Castelo Branco. Eu fui autora desse projeto que trouxe de volta o nome da Av. Castelo Branco, e, depois, fomos parar na justiça, inclusive o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu, por unanimidade, que a lei que alterou o nome da Av. Presidente Castelo Branco não teve validade. O projeto do Ver. Pedro Ruas, na época, alterou o nome para Av. da Legalidade e da Democracia. Eu lembro muito bem que foram quatro anos desta batalha: primeiro, legislativa; depois, na justiça. E, dos 36 vereadores, eu sei de cor quem votou contra a retirada do nome da Av. Castelo Branco: Ver. Guilherme Socias Villela, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Reginaldo Pujol e Ver. Mário Manfro. E nós provamos, na justiça, que não tinha validade, por uma série de argumentos que não foram obedecidos na época.

Agora também quero aqui citar que, se a moda pega, ficar trocando nome de rua? Eu vou dar um exemplo: do lado da Catedral tem uma rua chamada Espírito Santo, aí um judeu, que mora na frente da rua, resolve, acorda, de manhã e diz: “Não, não; eu não quero o nome dessa rua, porque é Espírito Santo, é religião. Vou trocar”. Já imaginou o custo, o rebuliço que isso dá na documentação, nos mapas de identificação? Uma insegurança jurídica sem tamanho. Não se pode fazer isso; de forma alguma. Se a moda pega, de começar a trocar nome de praça, de ruas... É o exemplo que eu dei, eu levei quatro anos e consegui trazer de volta o nome da avenida mais importante da capital do Rio Grande do Sul, Av. Castelo Branco. Então eu queria só deixar aqui a minha contrariedade a qualquer projeto que tente mudar o nome de um logradouro da capital do Rio Grande do Sul. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Boa tarde a todos. Apenas para complementar o que já foi dito, eu também quero registrar que não podemos apagar a história, vamos começar por fatos maiores, senão teríamos que eliminar livros, arrancar estátuas, porque podemos não concordar com alguma figura importante de uma época. Então, para quem gosta de história, para quem gosta de reler os tempos que passaram, também não é aceitável. Como a Ver.<sup>a</sup> Mônica falou, eu também fui favorável ao retorno do nome da avenida. Mudar nome de rua implica

também mudança de CEP, mudança nos hábitos dos moradores que já se acostumaram a chamar aquela rua por aquele nome, e, como já foi dito, é uma desconsideração com quem foi homenageado de, de repente, trocar o nome. Ainda mais se tratando de uma religiosa.

Normalmente essas pessoas são muito dedicadas à área social, são muito objetivas nas suas ações sociais. Seria melhor não tramitar, pois acredito que não será aprovado. Sugiro ao vereador que procure outra rua, pois são tantas as ruas que estão sem nome na cidade e que podem ser registradas com esse nome que o vereador quer homenagear. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Monica Leal está com a palavra.

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Sim, é importante, porque a Ver.<sup>a</sup> Lourdes comentou que foi favorável à volta do nome da Av. Castelo Branco; Ver.<sup>a</sup> Lourdes, quando eu me referi, quando citei o nome dos cinco vereadores, foram dos cinco que votaram contra a retirada do nome da Av. Castelo Banco. Houve um projeto na Câmara Municipal para mudar o nome da Av. Castelo Branco para Av. da Legalidade e da Democracia, e somente cinco vereadores, que eu citei, votaram contra. O projeto da Av. Castelo Branco foi resolvido na justiça, foi por unanimidade que a lei que alterou o nome da Av. Presidente Castelo Branco não teve validade. Eu levei para a justiça, só para deixar claro, porque parece que eu falei que a Ver.<sup>a</sup> Lourdes não teria votado, é que ele não foi votado em plenário para trazer de volta o nome, o projeto foi para retirar o nome de Castelo Branco, e eu dei o nome dos cinco que foram contra. Eu conheço essa história da Castelo Branco de cor e salteado, porque eu vivi, foram quatro anos de batalha. O Ver. Pedro Ruas pode também falar bem sobre.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h06min.)

\* \* \* \* \*